

PREGÃO
ELETRÔNICO
017/2025

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Pau Brasil

OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de Eficientização e expansão do sistema de Iluminação Pública (IP), envolvendo a manutenção preventiva e corretiva, bem como a atualização e substituição do sistema atual do parque e iluminação pública, para tecnologia de luminárias LED's, bem como todas as demais atividades necessárias ao perfeito atendimento das necessidades do município de Pau Brasil – BA, conforme estabelecido no Edital e Seus Anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.956.422,04 (três milhões novecentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e vinte e dois reais e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/07/2025 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
8. DOS RECURSOS	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025

(Processo Administrativo nº 064/2025)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Pau Brasil, sediada na Praça Juracy Magalhães, nº 184, Centro, Pau Brasil, Estado da Bahia, CEP 45.890-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para execução de serviços de Eficientização e expansão do sistema de Iluminação Pública (IP), envolvendo a manutenção preventiva e corretiva, bem como a atualização e substituição do sistema atual do parque e iluminação pública, para tecnologia de luminárias LED's, bem como todas as demais atividades necessárias ao perfeito atendimento das necessidades do município de Pau Brasil – BA, conforme estabelecido no Edital e Seus Anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras LICITANET - www.licitanet.com.br, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU, bem como o PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00006/2023/SGPP/CGU/AGU.

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.5.12. Empresas reunidas em consórcios, que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento

da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, nos termos do Art. 17, § 1º, da Lei 14.133/21. Portanto os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, simultaneamente os documentos de HABILITAÇÃO e a PROPOSTA com o preço, observado o disposto neste Edital quanto a documentação exigida para fins de habilitação.

3.2. **JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA INVERSÃO DE FASES (LEI Nº 14.133/2021)** - Justificativa técnica para inversão de fases, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), especificamente aplicada a uma licitação para atender as necessidades da administração pública: **I. Fundamentação Legal:** Nos termos do art. 17, §1º da Lei nº 14.133/2021: “As licitações serão processadas preferencialmente com a inversão das fases de julgamento e de habilitação, conforme regulamento.” Dessa forma, a inversão de fases – ou seja, o julgamento das propostas antes da habilitação – é a sistemática preferencial da nova legislação, salvo justificativa técnica em sentido contrário. **II. Justificativa Técnica:** Considerando que o objeto da presente licitação consiste na Contratação de empresa especializada para execução de serviços de Eficientização e expansão do sistema de Iluminação Pública (IP), envolvendo a manutenção preventiva e corretiva, bem como a atualização e substituição do sistema atual do parque e iluminação pública, para tecnologia de luminárias LED's, bem como todas as demais atividades necessárias ao perfeito atendimento das necessidades do município de Pau Brasil – BA, justifica-se a adoção da inversão de fases pelos seguintes motivos: 1. Celeridade Processual: A inversão de fases permite a análise prévia de habilitação de todos os participantes, priorizando o julgamento do mérito da contratação e promovendo economia processual. A habilitação será exigida previamente de todos os licitantes cadastrados para participarem do processo. 2. Eficiência Administrativa: Ao se efetuar a análise de documentação de todos os participantes previamente, a Administração concentra esforços nos licitantes que tenham condições jurídicas, fiscais, econômica e financeira e técnica, para desempenhar o objeto a ser

contratado, o que otimiza a equipe técnica e reduz custos administrativos, uma vez que impede que aventureiros venham a competir de forma que não detenham as condições necessárias. 3. Urgência Justificada do Objeto: Tendo em vista que a iluminação pública é essencial uma vez que cresce o acúmulo de pontos de iluminação apagados em vias públicas, praças e locais de grande circulação de pedestres e veículos onde a prestação dos serviços não pode ser retardada, sob pena de comprometer diretamente a qualidade de vida da população e o bem-estar coletivo. Assim, a adoção da inversão contribui para a agilidade no atendimento da demanda pública sensível e urgente. 4. Risco Reduzido à Contratação: O objeto licitado possui especificações claras, padronizadas e de fácil conferência técnica, o que reduz significativamente o risco de a proposta vencedora ser desclassificada por problemas de habilitação. Além disso, os requisitos de habilitação são objetivos e de fácil comprovação. 5. Alinhamento com os Princípios da Nova Lei de Licitações: A inversão de fases se coaduna com os princípios da eficiência, economicidade, celeridade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021. **III. Conclusão:** Diante do exposto, justifica-se tecnicamente a adoção da inversão de fases, nos termos do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, na presente licitação para iluminação pública, de forma a garantir maior celeridade, eficiência e efetividade à contratação pública, assegurando a continuidade dos serviços essenciais prestados à população, especialmente no tocante ao serviço de iluminação. A medida está amparada legalmente no Art. 17, §1º da Lei nº 14.133/2021 e representa uma escolha técnica e administrativa alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e celeridade, que norteiam a Nova Lei de Licitações e Contratos.

3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Termo de Referência do Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, e o preço, em PDF, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 7.11 deste Edital.

3.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante deverá encaminhar junto à proposta e os documentos de habilitação às declarações que:

3.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5.5. Declara que no ano-calendário em curso não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. *(Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.)*

3.6. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação e o que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, com dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.8.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.12. Os Licitantes enviarão suas Propostas Iniciais, em papel timbrado da empresa, com assinatura do seu Representante Legal e do seu Responsável Técnico em arquivo PDF contendo:

4.12.1 Carta Proposta conforme modelo ANEXO IV

4.12.2 Planilha Orçamentária;

4.12.3 Composição do BDI e composição dos Encargos Sociais;

4.12.4 Cronograma Físico-Financeiro com barras, percentuais e valores parciais e acumulados.



5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor do Lote.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório,

mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa

5.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.14.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.14.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor

preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.15.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.15, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.15.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.15.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da planilha de custos e formação de preços, composições de preços unitários, composição do BDI, composição de Encargos Sociais e Cronograma Físico-Financeiro adequado ao prazo de vigência do Contrato, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.9.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 6.9.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

6.11.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

6.11.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

6.11.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

6.11.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.11.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.11.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Será exigida a apresentação para análise das propostas preços, dos documentos de habilitação, bem como dos documentos relativos à regularidade fiscal, apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento da Proposta.

7.1.1. A Plataforma está habilitada para receber toda documentação citada na cláusula 10.1, em formato digital, em campos próprios, na pré-disputa.

7.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail copel@paubrasil.ba.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital concomitantemente com a Proposta Inicial de preços.



7.12. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.paubrasil.ba.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **08 (oito) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Pau Brasil, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



10. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- a) por forma eletrônica, pelo e-mail copel@paubrasil.ba.gov.br ou,
- b) por petição dirigida ou protocolada no endereço: Praça Juracy Magalhães, nº 184, Centro, Pau Brasil – Bahia, CEP 45.890-000.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.paubrasil.ba.gov.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.1.1 ANEXO I - Termo de Referência

11.1.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

11.1.3 ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

11.1.4 ANEXO IV – Modelo de Procuração

11.1.5 ANEXO V – Declaração Unificada

11.1.6 ANEXO VI – Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

11.1.7 ANEXO VII – Declaração de LGPD

11.1.8 ANEXO VIII – Declaração de Parentesco

Pau Brasil, Bahia, 04 de junho de 2025.

ROBSON VENÂNCIO DO NASCIMENTO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU BRASIL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução de serviços de Eficientização e expansão do sistema de Iluminação Pública (IP), envolvendo a manutenção preventiva e corretiva, bem como a atualização e substituição do sistema atual do parque e iluminação pública, para tecnologia de luminárias LED's, bem como todas as demais atividades necessárias ao perfeito atendimento das necessidades do município de Pau Brasil – BA, com base nas especificações constantes deste Termo de Referência e em consonância com a Legislação Vigente.

A contratação da prestação do serviço ora mencionado no objeto esta pautada em 02 aspectos de absoluta relevância e que tem por finalidade precípua a melhoria da qualidade da iluminação pública atual, aliada a redução de consumo atual em cerca de 60%, com impacto direto na redução de custos.

A necessidade de redução de consumo de energia do parque de iluminação pública do Município de PAU BRASIL, concomitantemente com a redução de despesas correspondentes a manutenções sistemáticas, vão promover aumento na sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos naturais, com economicidade comprovada e aumento de segurança para a população, face a uma iluminação de mais qualidade e eficiência.

A melhoria da qualidade, e consequente eficiência, impacta diretamente no favorecimento do turismo, no comercio, lazer noturno, melhorando a segurança pública no tráfego de veículos e pedestres, a prevenção da criminalidade, além de valorizar e ajudar a preservar o patrimônio urbano.

A seguir são reforçadas as justificativas acima, sustentando de foram inequívoca, a opção do município pela Eficientização e Expansão do Sistema de Iluminação Pública:

- a) Redução de consumo de energia em cerca de 50% (cinquenta por cento) no parque eficientizados, resultando em economia significativa de recursos municipais, trazendo benefícios ambientais;
- b) Melhoria significativa nos índices técnicos da Iluminação Pública, uma vez que hoje o município apresenta inúmeros logradouros que não atendem plenamente a norma NBR 5101 – 2018, problemas que será sanado a partir da eficientização/expansão, por meio de estudos luminotécnicos, que atendem a legislação brasileira vigente;
- c) Queda dos índices de criminalidade na cidade, em especial nas áreas periféricas, tendo em vista que, a iluminação pública encontra-se de acordo com os padrões técnicos vigentes em Norma Brasileira, será capaz de proporcionar condição de maior segurança, uma vez que a população será capaz de visualizar de forma segura a presença de indivíduos ou veículos com atitudes suspeitas, evitando assaltos e outras ocorrências de violência urbana (como furto de veículos, estupros e outros crimes qualificados que são facilitados em situação de falta de iluminação).

A seguir, são apresentados infográficos obtido em estudos realizados pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, disponíveis no site <https://plataformadeevidencias.iadb.org/pt-br/tipos-solucoes/iluminacao-publica>, apresentando estatísticas e dados obtidos a partir de estudos em países desenvolvidos (Estados Unidos e Reino Unido) e em países em desenvolvimento (Brasil e Colômbia).

Para correta interpretação dos infográficos, apresentamos tabelas informativas reproduzindo de maneira sucinta o critério dos infográficos reproduzidos na sequência

Tabelas Informativas:



Tipo de Problema	Descrição
Problema Primário	Formas e tipos de criminalidade e violência - homicídios, roubos, furtos, desordem urbana, violência doméstica contra mulheres etc
Problema Secundário	Fatores de Risco (que aumentam probabilidade e/ou vulnerabilidade a episódios de violência, como por exemplo consumo de drogas ou Fatores de Proteção (que reduzem essa probabilidade e/ou vulnerabilidade, como exemplo prevalência de competências socioemocionais entre jovens, por exemplo)
Problema Terciário	Referente a desempenho e capacidade institucional do poder público em controlar ou mitigar problemas primários e de atuar de forma decisiva sobre os problemas secundários, como exemplo Cobertura, suficiência e/ou adequação dos serviços públicos, proteção e apoio às vítimas de violência.

Assim, as intervenções em iluminação pública foram classificadas de acordo com o critério descrito a seguir:

- Quando o Tipo de Solução tinha todas as suas classificações de efetividade como “efetivo”, então o Tipo de Solução foi classificado como “efetivo” (05 estrelas), resolvendo de maneira plena os Problemas Primários, Secundários e Terciários que foram objeto do estudo;
- Quando o Tipo de Solução tinha todas as suas classificações de efetividade como “promissor”, então o Tipo de Solução foi classificado como “promissor” (04 estrelas), resolvendo de maneira satisfatória (ainda com pontos a melhorar) os Problemas Primários, Secundários e Terciários que foram objeto do estudo;
- Quando o Tipo de Solução tinha uma mescla entre classificações “efetivo” e “promissor”, então o Tipo de Solução foi classificado como “promissor” (04 estrelas), apresentando soluções plenas e satisfatórias dos Problemas Primários, Secundários e Terciários que foram objeto do estudo;
- Quando o Tipo de Solução tinha todas as suas classificações de efetividade como “evidências mistas”, então o Tipo de Solução foi classificado como “evidências mistas” (03 estrelas), apresentando soluções que atendem parcialmente a solução dos Problemas Primários, Secundários e Terciários que foram objeto do estudo;
- Quando o Tipo de Solução tinha uma mescla entre classificações “sem efeitos” e “efeitos negativos”, então o Tipo de Solução foi classificado como “evidências mistas” (03 estrelas), ou seja, sem apresentação de soluções que atendam os Problemas Primários, Secundários e Terciários que foram objeto do estudo;
- Quando o Tipo de Solução tinha uma mescla entre classificações “efetivo”/“promissor” e “sem efeitos”/ “efeitos negativos”, então o Tipo de Solução foi classificado como “evidências mistas” (03 estrelas), por não apresentar evidências conclusivas de efeitos perenes sobre os Problemas Primários, Secundários e Terciários que foram objeto do estudo;
- Quando o Tipo de Solução tinha todas as suas classificações de efetividade como “sem efeitos”, então o Tipo de Solução foi classificado como “sem efeitos” (02 estrelas), ou seja, não foram observados efeitos significativos sobre os Problemas Primários, Secundários e Terciários que foram objeto do estudo;
- Quando o Tipo de Solução tinha todas as suas classificações de efetividade como “efeitos negativos”, então o Tipo de Solução foi classificado como “efeitos negativos” (01 estrela), ou seja, foram observados efeitos negativos, piorando os Problemas Primários, Secundários e Terciários que foram objeto do estudo.

Infográficos:



Intervenção de Policiamento em Pontos Quentes e Serviços Municipais (Bogotá)

Eixo:
Segurança Urbana

Tipo:
Iluminação Pública

Efectividade:
● ● ● ● ● Evidências Mistas

Tipo de problema:
Homicídios, Violência ou lesões interpessoais, Medo do crime e/ou sensação de insegurança, Agressões sexuais

País:
Colômbia

[Abrir >](#)

Iluminação de Rua nos Bairros de Moradia Social na Cidade de Nova York

Eixo:
Segurança Urbana

Tipo:
Iluminação Pública

Efectividade:
● ● ● ● ● Promissor

Tipo de problema:
Homicídios, Criminalidade e delinquência (múltiplos tipos), Violência ou lesões interpessoais, Violência armada, Desordem e perturbação do sossego

País:
Estados Unidos

[Abrir >](#)

Programa Luz para Todos

Eixo:
Segurança Urbana

Tipo:
Iluminação Pública

Efectividade:
● ● ● ● ● Promissor

Tipo de problema:
Homicídios

País:
Brasil

[Abrir >](#)

Como pode ser visto acima, os resultados obtidos no estudo do BID indicam redução significativa de homicídios nos locais servidos pelo Programa Luz para Todos, notadamente realizados em áreas periféricas nos municípios brasileiros contemplados, indicando forte correlação entre redução de homicídios e iluminação pública de qualidade.

Iluminação de Ruas de Dudley

Eixo:
Segurança Urbana

Tipo:
Iluminação Pública

Efectividade:
● ● ● ● ● Efetivo

Tipo de problema:
Criminalidade e delinquência (múltiplos tipos), Medo do crime e/ou sensação de insegurança

País:
Reino Unido

[Abrir >](#)

Impacto do Horário de Verão na Ocorrência de Crimes em Santiago

Eixo:
Segurança Urbana

Tipo:
Iluminação Pública

Efectividade:
● ● ● ● ● Efetivo

Tipo de problema:
Criminalidade e delinquência (múltiplos tipos), Roubos, Furtos

País:
Chile

[Abrir >](#)

Os resultados obtidos nos levantamentos no Reino Unido e Chile (Santiago) demonstram que quanto mais insegura a localidade, maior o resultado obtido em termos de redução de criminalidade, como os respectivos infográficos demonstram.



Maiores detalhes sobre metodologia, tratamento de dados e resultados obtidos, estão disponíveis para acesso público no link do site indicado acima.

d) Valorização do Patrimônio Público e Cultural, uma vez que o presente Termo de Referência contempla Iluminação Cênica, que será capaz de promover o destaque dos principais monumentos e praças de valor histórico e artístico e logradouros do município;

e) Redução de recursos destinados a manutenção, tendo em vista que as luminárias de tecnologia LED apresentam significativa redução de falhas, por apresentarem menor quantidade de componentes em comparação com luminárias convencionais;

f) Redução de investimentos referentes a substituição de luminárias em final de vida útil, uma vez que a tecnologia LED apresenta estabilidade de desempenho luminotécnico e redução de necessidade de manutenção preventiva significativamente melhores que as registradas nas tecnologias hoje ainda utilizadas (lâmpadas de descarga), sendo seguro afirmar que são equipamentos com tempo de vida útil no mínimo 5 (cinco vezes) superiores às luminárias dotadas de lâmpadas convencionais, por apresentarem menor quantidade de partes que podem deteriorar em relação a luminárias convencionais;

g) Minimização de estoques de manutenção, tendo em vista que luminárias LED apresentam menor número de itens que precisam ser trocados em caso de falhas, uma vez que o procedimento padrão em caso de falhas é a troca do módulo de LEDs (no caso de luminárias que apresentem esta possibilidade), a troca de drivers ou, em situações onde o logradouro não pode ser interrompido o fluxo de veículos, a troca completa do conjunto (para verificação de necessidade de manutenção em bancada, a posteriori), o que eleva a eficiência e eficácia no processo de manutenção em comparação com a atual tecnologia de lâmpadas de descarga, que apresentam inúmeras peças que podem falhar e que precisam ser testadas em campo.

3.0 CLASSIFICAÇÃO E DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 Os serviços a serem prestados enquadram-se na classificação de serviços essenciais, de ação contínua, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 Em conformidade com a lei, o presente contrato terá a duração de 5 (cinco anos), prorrogáveis até o limite máximo de mais 5 anos, em caso de verificação de conveniência e vantagem financeira para a Administração Pública.

4.0 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

A seguir, é apresentada a planilha sintética dos preços a serem praticados ao longo do contrato.

Nº	ÍTEM	DESCRIÇÃO/INSUMOS	UN	Qtde	P.UNIT Sem BDI	P.UNIT com BDI	P.TOTAL Sem BDI	P.TOTAL Com BDI
	1	EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA						
1	1.1	Cadastro Georreferenciado - Preço por Ponto Luminoso	UN	996				
2	1.2	Emplacamento - Preço por Ponto Luminoso - Tabela SEINFRA - I 6422, I 6423, I 7413, I 8606 e I 2312	UN	996				
3	1.3	Instalação de Luminária LED 30W, Eficiência luminosa a partir de 140lm/W, IP 66, 50.000 hrs de garantia.	UN	677				
4	1.4	Instalação de Luminária LED 50W ou similar, Eficiência luminosa a partir de 140lm/W, IPP 66, 50.000 hrs de garantia.	UN	137				



5	1.5	Instalação de Luminária LED 100W ou similar, Eficiência luminosa a partir de 140lm/W, IPP 66, 50.000 hrs de garantia.	UN	66				
6	1.6	Instalação de Luminária LED 150W ou similar, Eficiência luminosa a partir de 140lm/W, IPP 66, 50.000 hrs de garantia.	UN	116				
7	1.7	Descarte de Lâmpadas Nocivas ao Meio Ambiente (que contenham mercúrio)	UN	698				
	2	SERVIÇOS ADICIONAIS						
	2.1	Atendimento a Extensões de Rede						
	2.1.1	INSTALAÇÃO DE BRAÇOS, SUPORTES.						
8	2.1.1.1	Instalação de Braço Metálico de 1000mm (Incluindo ferragens de acessórios)	UN	203				
9	2.1.1.2	Instalação de Braço Metálico de 2000mm (Incluindo ferragens de acessórios)	UN	41				
10	2.1.1.3	Instalação de Braço Metálico de 3000mm (Incluindo ferragens de acessórios)	UN	55				
11	2.1.1.4	Instalação de suporte de iluminação pública em topo de poste, para 1 luminária	UN	14				
12	2.1.1.5	Instalação de suporte de iluminação pública em topo de poste, para 2 luminária	UN	7				
13	2.1.1.6	Instalação de suporte de iluminação pública em topo de poste, para 3 luminária	UN	5				
14	2.1.1.7	Instalação de suporte de iluminação pública em topo de poste, para 4 luminária	UN	4				
	2.1.2	INSTALAÇÃO DE CONDUTORES						
15	2.1.2.1	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou braço de IP, #2,5mm ²	M	332				
16	2.1.2.2	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou braço de IP, #4mm ²	M	221				
17	2.1.2.3	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou braço de IP, #6,0mm ²	M	221				
18	2.1.2.4	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou	M	332				



		braço de IP, #10,0mm ²						
19	2.1.2.5	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou braço de IP, #16,0mm ²	M	332				
20	2.1.2.6	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou braço de IP, #25mm ²	M	221				
21	2.1.2.7	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou braço de IP, #35,0mm ²	M	221				
22	2.1.2.8	Instalação de metro de condutor, com isolamento em PVC, bipolar, classe 0,6/1kV para Iluminação Pública, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez #2x2,5mm ²	M	332				
23	2.1.2.9	Instalação de metro de condutor, com isolamento em PVC, tripolar, classe 0,6/1kV para Iluminação Pública, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, #3x2,5mm ²	M	332				
24	2.1.2.10	Instalação de rede multiplexada em poste existente. Isolação XLPE. Classe 0,6/1,0kV. 3x1x16+16mm ²	M	155				
25	2.1.2.11	Rede multiplexada em poste existente. Isolação XLPE. Classe 0,6/1,0kV. Quadriplex 3x3x25+25mm ²	M	177				
26	2.1.2.12	Rede multiplexada em poste existente. Isolação XLPE. Classe 0,6/1,0kV. Quadriplex 3x3x35+35mm ²	M	177				
27	2.1.2.13	Instalação de Haste de aterramento 5/8" x 3,00m	UN	7				
28	2.1.2.14	Instalação de armação secundária em Poste	UN	7				
29	2.1.2.15	Instalação de conector em rede aérea isolada - Conector perfurante Cu/Al 2,5 a 35mm ² / 35mm ²	UN	111				
30	2.1.2.16	Instalação de conector em rede aérea não isolada - Cunha 1,5 a 4mm ² - 10 a 16mm ²	UN	111				
	2.1.3	INSTALAÇÃO DE POSTE						
31	2.1.3.1	Instalação de Poste circular cônico reto Concreto DE 9/200 a 10/200	UN	3				
32	2.1.3.2	Instalação de Poste circular cônico reto DE 14/200	UN	3				
33	2.1.3.3	Instalação de Poste de Concreto DT DE 9/150 a 9/300	UN	3				



34	2.1.3.4	Instalação de Poste de Concreto DT DE 10,5/150 a 10,5/300	UN	3				
35	2.1.3.5	Instalação de Poste de Concreto DT DE 12/150 a 12/300	UN	3				
36	2.1.3.6	Pintura de poste	M2	3				
37	2.1.3.7	Instalação de Poste Metálico Cilíndrico reto Engastado - 8m	UN	4				
38	2.1.3.8	Instalação de Poste Metálico Cilíndrico reto Engastado - 9m	UN	4				
39	2.1.3.9	Instalação de Poste Metálico Cilíndrico reto Engastado - 10m	UN	4				
	2.1.4	EQUIPAMENTOS E COMANDOS						
40	2.1.4.1	Instalação de Célula Fotoelétrica para Lâmpada até 1000 W	UN	11				
41	2.1.4.2	Instalação de Quadro de Medição a distância - monofásico	UN	1				
42	2.1.4.3	Instalação de Quadro de Medição a distância polifásico	UN	1				
43	2.1.4.4	Instalação de Quadro de Medição trifásica instalada em mureta - saída subterrânea	UN	1				
44	2.1.4.5	Instalação de disjuntores termomagnéticos monopolar - até 50 A	UN	2				
45	2.1.4.6	Instalação de disjuntores termomagnéticos - até 50 A, tripolar, 10ka	UN	2				
46	2.1.4.7	Instalação de disjuntores termomagnéticos - de 15A até 32A, bipolar, 10ka	UN	2				
47	2.1.4.8	Instalação de disjuntores termomagnéticos - de 40A até 50A, bipolar, 10ka	UN	2				
48	2.1.4.9	Instalação de base para relé fotoelétrico	UN	11				
49	2.1.4.10	Instalação de programador horário.	UN	1				
	2.1.5	RETIRADAS DE MATERIAIS E RECOMPOSIÇÕES						
50	2.1.5.1	Retirada de Suporte para luminária e/ou projetor	UN	11				
51	2.1.5.2	Retirada de braço de IP (incluindo ferragens) instalada em poste	UN	11				
	2.1.5.3	Retirada de Poste de concreto	UN	9				
	2.1.5.4	Retirada e recomposição de piso cimentado sobre lastro de concreto	M²	4				
	2.1.5.5	Retirada de base de célula fotoelétrica	UN	11				
	2.1.5.6	Retirada de chave de comando de IP	UN	4				
	2.1.5.7	Retirada de suporte para braço de IP	UN	4				
	2.1.6	OBRAS CIVIS						
	2.1.6.1	Instalação de eletroduto rígido roscável de PVC embutido no piso de 3/4"	M	9				



	2.1.6.2	Instalação de eletroduto rígido roscável de PVC embutido no piso de 1"	M	9				
	2.1.6.3	Instalação de eletroduto rígido roscável de PVC embutido no piso de 1 1/4"	M	9				
	2.1.6.4	Instalação de eletroduto rígido roscável de PVC embutido no piso de 1 1/2"	M	9				
	2.1.6.5	Instalação de eletroduto rígido roscável de PVC embutido no piso de 2"	M	9				
	2.1.6.6	Substituição/Instalação de eletroduto corrugado PEAD D=10cm	M	111				
	2.1.6.7	Instalação de eletroduto corrugado PEAD com D= 20cm	M	89				
	2.1.6.8	Instalação de caixa de alvenaria/reboco com tampa de concreto fundo de brita 40x40x40cm - tampa simples	UN	9				
	2.1.6.9	Instalação de Tampa em concreto esp.=5cm para caixa em alvenaria	M²	7				
	2.1.6.10	Concreto não estrutural, FCK = 20MPa, preparo manual	M³	7				
	2.1.6.11	Escavação manual de solo de 1a. categoria até 1,50m de profundidade	M³	33				
	2.1.6.12	Reaterro com compactação manual, sem controle, material da vala	M³	11				
	2.1.6.13	Instalação de metro de eletroduto corrugado para travessias - Método não destrutivo	m	4				
	2.1.6.14	Instalação de metro de eletroduto de ferro galvanizado aparente - 1/2 até 4"	UN	2				
	2.2	ILUMINAÇÃO CÊNICA E DE MONUMENTOS HISTÓRICOS						
	2.2.1	Projeto LED 50W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Suporte de fixação em "U" med. Ø190xH230mm - Proteção IP66. Lente : 60°, 220V, 4000k	UN	10				
	2.2.2	Projeto LED 50W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Suporte de fixação em "U" med. Ø190xH230mm - Proteção IP66. Lente : 25°, 220V, 4000k	UN	3				
	2.2.3	Projeto LED 50W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Suporte de fixação em "U" med. Ø190xH230mm - Proteção IP66. Lente : 10°, 220V, 4000k	UN	5				



2.2.4	Projeto LED 50W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Suporte de fixação em "U" med. Ø190xH230mm - Proteção IP66. Lente : 4°, 220V, 4000k	UN	8				
2.2.5	Projeto Linear LED 36W - Corpo dissipador em alumínio extrudado, difusor em vidro temperado de 4mm. Suporte de fixação regulável med. 88x76xH130mm - Proteção IP66. Comprimento: 500mm, 4000k, Lente 60°	UN	8				
2.2.6	Projeto Linear LED 12W - Corpo dissipador em alumínio extrudado, difusor em vidro temperado de 4mm. Suporte de fixação regulável med. 88x76xH130mm - Proteção IP66. Comprimento: 350mm, Lente : 60°, 220V, 4000k	UN	6				
2.2.7	Projeto Linear LED 12W - Corpo dissipador em alumínio extrudado, difusor em vidro temperado de 4mm. Suporte de fixação regulável med. 88x76xH130mm - Proteção IP66. Comprimento: 350mm, Lente : 10°, 220V, 4000k	UN	14				
2.2.8	Finco de Jardim LED 9W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Haste de fixação med. Ø65xH350mm - Proteção IP66, 60°, 220V, 4000k.	UN	20				
2.2.9	Finco de Jardim LED 9W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Haste de fixação med. Ø65xH350mm - Proteção IP66, 10°. 220V 4000k.	UN	12				
2.2.10	Finco de Jardim LED 9W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Haste de fixação med. Ø65xH350mm - Proteção IP66, 25°, 220V. 4000K.	UN	4				
2.2.11	Finco de Jardim LED 3W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Haste de fixação med. Ø65xH350mm - Proteção IP66,10°, 220V, 4000k.	UN	10				
2.2.12	Finco de Jardim LED 15W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Haste de fixação med. Ø65xH350mm - Proteção IP66, 60°, 220V 2700k.	UN	10				



2.2.13	Finco de Jardim LED 15W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Haste de fixação med. Ø65xH350mm - Proteção IP66, 25°, 220V 4000k.	UN	6				
2.2.14	Fita de LED NEON IP65 11W 3000K	M	30				
2.2.15	Fita de LED NEON IP65 11W 6500K	M	10				
2.3	ILUMINAÇÃO DE FESTIVIDADES						
2.3.1	Fornecimento, instalação, manutenção e retirada de LÂMPADA LED ESTROBOSCÓPICA 220V com efeito piscante tipo estrobo na cor branca, para aplicação em prédios, árvores e fachadas.	UN	40				
2.3.2	Fornecimento, instalação, manutenção e retirada de TUBO LUMINOSO LED DE EFEITOS com tamanho de 1,00 metro, com efeito luminoso tipo cascata na cor branca, para aplicação em prédios, árvores e fachadas.	UN	40				
2.3.3	Fornecimento, instalação, manutenção e retirada de peça tipo PEÇA DE POSTE FLOCO DE NEVE NA DIREITA COM ESPIRAIS, com dimensões de 2,00x1,00 metros, confeccionada em estrutura metálica de tubo metalon galvanizado 20x20mm e barra chata 1/2", com pintura antiferrugem, contornada com mangueiras luminosas LED 220V nas cores branco e branco quente, e preenchimento com cordões luminosos compostos por micro lâmpadas LED 220V com certificação IP68 com laudo técnico por laboratório credenciado ao INMETRO, na cor branco quente.	UN	20				
2.3.4	Fornecimento, instalação, manutenção e retirada de peça tipo PEÇA DE POSTE FLORES COM FOLHAS, com dimensões de 3,00x1,50 metros confeccionada em estrutura metálica de metalon 20x20 mm, barra chata 1/2", pintura antiferrugem, contornada com mangueiras luminosas LED 220V nas cores branco e branco quente e preenchimento com cordões luminosos LED 220V com	UN	20				



		certificação IP68 com laudo técnico por laboratório credenciado ao INMETRO, nas cores branco e branco quente, com 4 lâmpadas estroboscópicas 220V					
	2.3.5	Fornecimento, instalação, manutenção e retirada de peça tipo ESTRELA, com dimensões de 1,00 x 1,00 metros, confeccionada em estrutura metálica de barra chata 1/2", com pintura antiferrugem, contornada com mangueira luminosa LED 220V com certificação IP68 com laudo técnico por laboratório credenciado ao INMETRO, em cor sortida, para ser instalada em prédios e fachadas.	UN	20			
	2.3.6	Projeto fech, em alum. fundido, com aletas, refletor em alum. refletal, liso anod, lente em cristal temp, suporte fixação em chapa de aço galv, c/ soquete E-40, na cor cinza martelado, da REEME, ref. MA-326 ou similar, incl. lamp vapor met. 250w	UN	10			
	2.3.7	Projeto phillips ref. HNF003 com lâmpada vapor metálico de 1000 w, inclusive reator externo e ignitor ou similar	UN	4			
	2.3.8	Projeto retangular (tecnolux - ref. bw - 90 ou similar), inclusive reator e lâmpada vapor de sódio 400 w	UN	6			
	3	MANUTENÇÃO E DISPONIBILIDADE					
	3.1	Manutenção - Preço Unitário por Ponto Luminoso 996 pontos X 60 meses	UN	59.760			
	3.2	Disponibilidade de turma pesada, período diurno - dias úteis	H	40			
	3.3	Disponibilidade de turma pesada, período noturno - dias úteis	H	40			
	3.4	Disponibilidade de turma pesada - Durante os dias de domingos e feriados	H	40			
	3.5	Disponibilidade de turma leve, período diurno - Dias úteis	H	40			
	3.6	Disponibilidade de turma leve, período noturno - Dias úteis	H	40			
	3.7	Disponibilidade de turma leve - Durante os dias de domingos e feriados	H	40			
		TOTAL GERAL DA PLANILHA					
		TOTAL GERAL DO BDI DE 27,00%		27,00%			



		TOTAL GERAL DA PLANILHA COM BDI						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO

5.1. O valor estimado para o objeto será de R\$ 3.956.422,04 (três milhões novecentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e vinte e dois reais e quatro centavos), conforme tabela abaixo:

Nº	ÍTEM	DESCRIÇÃO/INSUMOS	UN	Qtde	P.UNIT Sem BDI	P.UNIT com BDI	P.TOTAL Sem BDI	P.TOTAL Com BDI
	1	EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA						
1	1.1	Cadastro Georreferenciado - Preço por Ponto Luminoso	UN	996	R\$ 9,79	R\$ 12,43	R\$ 9.750,84	R\$ 12.380,28
2	1.2	Emplaquetamento - Preço por Ponto Luminoso - Tabela SEINFRA - I 6422, I 6423, I 7413, I 8606 e I 2312	UN	996	R\$ 21,47	R\$ 27,27	R\$ 21.384,12	R\$ 27.160,92
3	1.3	Instalação de Luminária LED 30W, Eficiência luminosa a partir de 140lm/W, IP 66, 50.000 hrs de garantia.	UN	677	R\$ 1.862,08	R\$ 2.364,84	R\$ 1.260.628,16	R\$ 1.600.996,68
4	1.4	Instalação de Luminária LED 50W ou similar, Eficiência luminosa a partir de 140lm/W, IPP 66, 50.000 hrs de garantia.	UN	137	R\$ 1.984,38	R\$ 2.520,16	R\$ 271.860,06	R\$ 345.261,92
5	1.5	Instalação de Luminária LED 100W ou similar, Eficiência luminosa a partir de 140lm/W, IPP 66, 50.000 hrs de garantia.	UN	66	R\$ 2.092,57	R\$ 2.657,56	R\$ 138.109,62	R\$ 175.398,96
6	1.6	Instalação de Luminária LED 150W ou similar, Eficiência luminosa a partir de 140lm/W, IPP 66, 50.000 hrs de garantia.	UN	116	R\$ 2.265,51	R\$ 2.877,20	R\$ 262.799,16	R\$ 333.755,20
7	1.7	Descarte de Lâmpadas Nocivas ao Meio Ambiente (que contenham mercúrio)	UN	698	R\$ 1,27	R\$ 1,61	R\$ 886,46	R\$ 1.123,78
	2	SERVIÇOS ADICIONAIS						
	2.1	Atendimento a Extensões de Rede						
	2.1.1	INSTALAÇÃO DE BRAÇOS, SUPORTES.						
8	2.1.1.1	Instalação de Braço Metálico de 1000mm (Incluindo ferragens de acessórios)	UN	203	R\$ 203,69	R\$ 258,69	R\$ 41.349,07	R\$ 52.514,07
9	2.1.1.2	Instalação de Braço Metálico de 2000mm	UN	41	R\$ 309,89	R\$ 393,56	R\$ 12.736,48	R\$ 16.175,32



		(Incluindo ferragens de acessórios)						
10	2.1.1.3	Instalação de Braço Metálico de 3000mm (Incluindo ferragens de acessórios)	UN	55	R\$ 369,27	R\$ 468,97	R\$ 20.309,85	R\$ 25.793,35
11	2.1.1.4	Instalação de suporte de iluminação pública em topo de poste, para 1 luminária	UN	14	R\$ 256,94	R\$ 326,31	R\$ 3.597,16	R\$ 4.568,34
12	2.1.1.5	Instalação de suporte de iluminação pública em topo de poste, para 2 luminária	UN	7	R\$ 301,47	R\$ 382,87	R\$ 2.110,29	R\$ 2.680,09
13	2.1.1.6	Instalação de suporte de iluminação pública em topo de poste, para 3 luminária	UN	5	R\$ 365,31	R\$ 463,94	R\$ 1.826,55	R\$ 2.319,70
14	2.1.1.7	Instalação de suporte de iluminação pública em topo de poste, para 4 luminária	UN	4	R\$ 405,38	R\$ 514,83	R\$ 1.621,52	R\$ 2.059,32
	2.1.2	INSTALAÇÃO DE CONDUTORES						
15	2.1.2.1	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou braço de IP, #2,5mm²	M	332	R\$ 9,44	R\$ 11,99	R\$ 3.134,08	R\$ 3.980,68
16	2.1.2.2	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou braço de IP, #4mm²	M	221	R\$ 10,91	R\$ 13,86	R\$ 2.411,11	R\$ 3.063,06
17	2.1.2.3	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou braço de IP, #6,0mm²	M	221	R\$ 18,67	R\$ 23,71	R\$ 4.126,07	R\$ 5.239,91
18	2.1.2.4	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou braço de IP, #10,0mm²	M	332	R\$ 21,77	R\$ 27,65	R\$ 7.227,64	R\$ 9.179,80



19	2.1.2.5	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou braço de IP, #16,0mm ²	M	332	R\$ 26,17	R\$ 33,24	R\$ 8.688,44	R\$ 11.035,68
20	2.1.2.6	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou braço de IP, #25mm ²	M	221	R\$ 36,34	R\$ 46,15	R\$ 8.031,14	R\$ 10.199,15
21	2.1.2.7	Instalação de metro de cabo unipolar especial, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, singelo de cobre 0,6/1,0 kV, em eletroduto ou braço de IP, #35,0mm ²	M	221	R\$ 43,65	R\$ 55,44	R\$ 9.646,65	R\$ 12.252,24
22	2.1.2.8	Instalação de metro de condutor, com isolamento em PVC, bipolar, classe 0,6/1kV para Iluminação Pública, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez #2x2,5mm ²	M	332	R\$ 11,44	R\$ 14,53	R\$ 3.798,08	R\$ 4.823,96
23	2.1.2.9	Instalação de metro de condutor, com isolamento em PVC, tripolar, classe 0,6/1kV para Iluminação Pública, resistente ao fogo, baixa emissão de fumaça e baixa toxidez, #3x2,5mm ²	M	332	R\$ 13,02	R\$ 16,54	R\$ 4.322,64	R\$ 5.491,28
24	2.1.2.10	Instalação de rede multiplexada em poste existente. Isolação XLPE. Classe 0,6/1,0kV. 3x1x16+16mm ²	M	155	R\$ 26,60	R\$ 33,78	R\$ 4.123,00	R\$ 5.235,90
25	2.1.2.11	Rede multiplexada em poste existente. Isolação XLPE. Classe 0,6/1,0kV. Quadriplex 3x3x25+25mm ²	M	177	R\$ 30,75	R\$ 39,05	R\$ 5.442,75	R\$ 6.911,85
26	2.1.2.12	Rede multiplexada em poste existente. Isolação XLPE. Classe 0,6/1,0kV. Quadriplex 3x3x35+35mm ²	M	177	R\$ 36,99	R\$ 46,98	R\$ 6.547,23	R\$ 8.315,46
27	2.1.2.13	Instalação de Haste de aterramento 5/8" x 3,00m	UN	7	R\$ 144,10	R\$ 183,01	R\$ 1.008,70	R\$ 1.281,07



28	2.1.2.14	Instalação de armação secundária em Poste	UN	7	R\$ 108,78	R\$ 138,15	R\$ 761,46	R\$ 967,05
29	2.1.2.15	Instalação de conector em rede aérea isolada - Conector perfurante Cu/Al 2,5 a 35mm2 / 35mm2	UN	111	R\$ 19,70	R\$ 25,02	R\$ 2.186,70	R\$ 2.777,22
30	2.1.2.16	Instalação de conector em rede aérea não isolada - Cunha 1,5 a 4mm2 - 10 a 16mm2	UN	111	R\$ 19,46	R\$ 24,71	R\$ 2.160,06	R\$ 2.742,81
	2.1.3	INSTALAÇÃO DE POSTE						
31	2.1.3.1	Instalação de Poste circular cônico reto Concreto DE 9/200 a 10/200	UN	3	R\$ 2.092,88	R\$ 2.657,96	R\$ 6.278,64	R\$ 7.973,88
32	2.1.3.2	Instalação de Poste circular cônico reto DE 14/200	UN	3	R\$ 2.565,74	R\$ 3.258,49	R\$ 7.697,22	R\$ 9.775,47
33	2.1.3.3	Instalação de Poste de Concreto DT DE 9/150 a 9/300	UN	3	R\$ 2.212,90	R\$ 2.810,38	R\$ 6.638,70	R\$ 8.431,14
34	2.1.3.4	Instalação de Poste de Concreto DT DE 10,5/150 a 10,5/300	UN	3	R\$ 2.508,44	R\$ 3.185,72	R\$ 7.525,32	R\$ 9.557,16
35	2.1.3.5	Instalação de Poste de Concreto DT DE 12/150 a 12/300	UN	3	R\$ 3.504,97	R\$ 4.451,31	R\$ 10.514,91	R\$ 13.353,93
36	2.1.3.6	Pintura de poste	M2	3	R\$ 329,58	R\$ 418,57	R\$ 988,74	R\$ 1.255,71
37	2.1.3.7	Instalação de Poste Metálico Cilíndrico reto Engastado - 8m	UN	4	R\$ 4.189,06	R\$ 5.320,11	R\$ 16.756,24	R\$ 21.280,44
38	2.1.3.8	Instalação de Poste Metálico Cilíndrico reto Engastado - 9m	UN	4	R\$ 4.475,19	R\$ 5.683,49	R\$ 17.900,76	R\$ 22.733,96
39	2.1.3.9	Instalação de Poste Metálico Cilíndrico reto Engastado - 10m	UN	4	R\$ 4.696,84	R\$ 5.964,99	R\$ 18.787,36	R\$ 23.859,96
	2.1.4	EQUIPAMENTOS E COMANDOS						
40	2.1.4.1	Instalação de Célula Fotoelétrica para Lâmpada até 1000 W	UN	11	R\$ 43,02	R\$ 54,64	R\$ 473,22	R\$ 601,04
41	2.1.4.2	Instalação de Quadro de Medição a distância - monofásico	UN	1	R\$ 416,98	R\$ 529,56	R\$ 416,98	R\$ 529,56
42	2.1.4.3	Instalação de Quadro de Medição a distância polifásico	UN	1	R\$ 900,11	R\$ 1.143,14	R\$ 900,11	R\$ 1.143,14
43	2.1.4.4	Instalação de Quadro de Medição trifásica instalada em mureta - saída subterrânea	UN	1	R\$ 2.267,86	R\$ 2.880,18	R\$ 2.267,86	R\$ 2.880,18
44	2.1.4.5	Instalação de disjuntores termomagnéticos	UN	2	R\$ 100,06	R\$ 127,08	R\$ 200,12	R\$ 254,16



		monopolar - até 50 A						
45	2.1.4.6	Instalação de disjuntores termomagnéticos - até 50 A, tripolar, 10ka	UN	2	R\$ 217,76	R\$ 276,56	R\$ 435,52	R\$ 553,12
46	2.1.4.7	Instalação de disjuntores termomagnéticos - de 15A até 32A, bipolar, 10ka	UN	2	R\$ 117,71	R\$ 149,49	R\$ 235,42	R\$ 298,98
47	2.1.4.8	Instalação de disjuntores termomagnéticos - de 40A até 50A, bipolar, 10ka	UN	2	R\$ 124,06	R\$ 157,56	R\$ 248,12	R\$ 315,12
48	2.1.4.9	Instalação de base para relé fotoelétrico	UN	11	R\$ 29,47	R\$ 37,43	R\$ 324,17	R\$ 411,73
49	2.1.4.10	Instalação de programador horário.	UN	1	R\$ 297,89	R\$ 378,32	R\$ 297,89	R\$ 378,32
	2.1.5	RETIRADAS DE MATERIAIS E RECOMPOSIÇÕES						
50	2.1.5.1	Retirada de Suporte para luminária e/ou projetor	UN	11	R\$ 61,42	R\$ 78,00	R\$ 675,62	R\$ 858,00
51	2.1.5.2	Retirada de braço de IP (incluindo ferragens) instalada em poste	UN	11	R\$ 58,86	R\$ 74,75	R\$ 647,46	R\$ 822,25
	2.1.5.3	Retirada de Poste de concreto	UN	9	R\$ 533,23	R\$ 677,20	R\$ 4.799,07	R\$ 6.094,80
	2.1.5.4	Retirada e recomposição de piso cimentado sobre lastro de concreto	M²	4	R\$ 491,89	R\$ 624,70	R\$ 1.967,56	R\$ 2.498,80
	2.1.5.5	Retirada de base de célula fotoelétrica	UN	11	R\$ 7,86	R\$ 9,98	R\$ 86,46	R\$ 109,78
	2.1.5.6	Retirada de chave de comando de IP	UN	4	R\$ 58,86	R\$ 74,75	R\$ 235,44	R\$ 299,00
	2.1.5.7	Retirada de suporte para braço de IP	UN	4	R\$ 58,86	R\$ 74,75	R\$ 235,44	R\$ 299,00
	2.1.6	OBRAS CIVIS						
	2.1.6.1	Instalação de eletroduto rígido roscável de PVC embutido no piso de 3/4"	M	9	R\$ 30,45	R\$ 38,67	R\$ 274,05	R\$ 348,03
	2.1.6.2	Instalação de eletroduto rígido roscável de PVC embutido no piso de 1"	M	9	R\$ 32,69	R\$ 41,52	R\$ 294,21	R\$ 373,68
	2.1.6.3	Instalação de eletroduto rígido roscável de PVC embutido no piso de 1 1/4"	M	9	R\$ 35,87	R\$ 45,55	R\$ 322,83	R\$ 409,95
	2.1.6.4	Instalação de eletroduto rígido roscável de PVC embutido no piso de 1 1/2"	M	9	R\$ 37,77	R\$ 47,97	R\$ 339,93	R\$ 431,73
	2.1.6.5	Instalação de eletroduto rígido roscável de PVC embutido no piso de 2"	M	9	R\$ 51,72	R\$ 65,68	R\$ 465,48	R\$ 591,12
	2.1.6.6	Substituição/Instalação de eletroduto corrugado PEAD D=10cm	M	111	R\$ 52,77	R\$ 67,02	R\$ 5.857,47	R\$ 7.439,22
	2.1.6.7	Instalação de eletroduto	M	89	R\$	R\$ 137,22	R\$ 9.616,45	R\$



		corrugado PEAD com D=20cm			108,05			12.212,58
	2.1.6.8	Instalação de caixa de alvenaria/reboco com tampa de concreto fundo de brita 40x40x40cm - tampa simples	UN	9	R\$ 281,55	R\$ 357,57	R\$ 2.533,95	R\$ 3.218,13
	2.1.6.9	Instalação de Tampa em concreto esp.=5cm para caixa em alvenaria	M²	7	R\$ 164,07	R\$ 208,37	R\$ 1.148,49	R\$ 1.458,59
	2.1.6.10	Concreto não estrutural, FCK = 20MPa, preparo manual	M³	7	R\$ 404,66	R\$ 513,92	R\$ 2.832,62	R\$ 3.597,44
	2.1.6.11	Escavação manual de solo de 1a. categoria até 1,50m de profundidade	M³	33	R\$ 16,40	R\$ 20,83	R\$ 541,20	R\$ 687,39
	2.1.6.12	Reaterro com compactação manual, sem controle, material da vala	M³	11	R\$ 23,42	R\$ 29,74	R\$ 257,62	R\$ 327,14
	2.1.6.13	Instalação de metro de eletroduto corrugado para travessias - Método não destrutivo	m	4	R\$ 4.597,22	R\$ 5.838,47	R\$ 18.388,88	R\$ 23.353,88
	2.1.6.14	Instalação de metro de eletroduto de ferro galvanizado aparente - 1/2 até 4"	UN	2	R\$ 232,08	R\$ 294,74	R\$ 464,16	R\$ 589,48
	2.2	ILUMINAÇÃO CÊNICA E DE MONUMENTOS HISTÓRICOS						
	2.2.1	Projeto LED 50W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Suporte de fixação em "U" med. Ø190xH230mm - Proteção IP66. Lente : 60°, 220V, 4000k	UN	10	R\$ 3.203,86	R\$ 4.068,90	R\$ 32.038,60	R\$ 40.689,00
	2.2.2	Projeto LED 50W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Suporte de fixação em "U" med. Ø190xH230mm - Proteção IP66. Lente : 25°, 220V, 4000k	UN	3	R\$ 3.203,86	R\$ 4.068,90	R\$ 9.611,58	R\$ 12.206,70
	2.2.3	Projeto LED 50W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Suporte de fixação em "U" med. Ø190xH230mm - Proteção IP66. Lente :	UN	5	R\$ 3.203,86	R\$ 4.068,90	R\$ 16.019,30	R\$ 20.344,50



		10°, 220V, 4000k						
2.2.4		Projeto LED 50W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Suporte de fixação em "U" med. Ø190xH230mm - Proteção IP66. Lente : 4°, 220V, 4000k	UN	8	R\$ 3.203,86	R\$ 4.068,90	R\$ 25.630,88	R\$ 32.551,20
2.2.5		Projeto Linear LED 36W - Corpo dissipador em alumínio extrudado, difusor em vidro temperado de 4mm. Suporte de fixação regulável med. 88x76xH130mm - Proteção IP66. Comprimento: 500mm, 4000k, Lente 60°	UN	8	R\$ 2.857,38	R\$ 3.628,87	R\$ 22.859,04	R\$ 29.030,96
2.2.6		Projeto Linear LED 12W - Corpo dissipador em alumínio extrudado, difusor em vidro temperado de 4mm. Suporte de fixação regulável med. 88x76xH130mm - Proteção IP66. Comprimento: 350mm, Lente : 60°, 220V, 4000k	UN	6	R\$ 1.140,07	R\$ 1.447,89	R\$ 6.840,42	R\$ 8.687,34
2.2.7		Projeto Linear LED 12W - Corpo dissipador em alumínio extrudado, difusor em vidro temperado de 4mm. Suporte de fixação regulável med. 88x76xH130mm - Proteção IP66. Comprimento: 350mm, Lente : 10°, 220V, 4000k	UN	14	R\$ 1.140,07	R\$ 1.447,89	R\$ 15.960,98	R\$ 20.270,46
2.2.8		Finco de Jardim LED 9W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Haste de fixação med. Ø65xH350mm - Proteção IP66, 60°, 220V, 4000k.	UN	20	R\$ 777,54	R\$ 987,48	R\$ 15.550,80	R\$ 19.749,60
2.2.9		Finco de Jardim LED 9W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Haste de fixação med. Ø65xH350mm -	UN	12	R\$ 777,54	R\$ 987,48	R\$ 9.330,48	R\$ 11.849,76



		Proteção IP66, 10°. 220V 4000k.						
	2.2.10	Finco de Jardim LED 9W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Haste de fixação med. Ø65xH350mm - Proteção IP66, 25°, 220V. 4000K.	UN	4	R\$ 777,54	R\$ 987,48	R\$ 3.110,16	R\$ 3.949,92
	2.2.11	Finco de Jardim LED 3W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Haste de fixação med. Ø65xH350mm - Proteção IP66, 10°, 220V, 4000k.	UN	10	R\$ 750,80	R\$ 953,52	R\$ 7.508,00	R\$ 9.535,20
	2.2.12	Finco de Jardim LED 15W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Haste de fixação med. Ø65xH350mm - Proteção IP66, 60°, 220V 2700k.	UN	10	R\$ 992,61	R\$ 1.260,61	R\$ 9.926,10	R\$ 12.606,10
	2.2.13	Finco de Jardim LED 15W - Corpo dissipador em alumínio usinado, difusor em acrílico alta resistência com UV. Haste de fixação med. Ø65xH350mm - Proteção IP66, 25°, 220V 4000k.	UN	6	R\$ 992,61	R\$ 1.260,61	R\$ 5.955,66	R\$ 7.563,66
	2.2.14	Fita de LED NEON IP65 11W 3000K	M	30	R\$ 162,80	R\$ 206,76	R\$ 4.884,00	R\$ 6.202,80
	2.2.15	Fita de LED NEON IP65 11W 6500K	M	10	R\$ 162,80	R\$ 206,76	R\$ 1.628,00	R\$ 2.067,60
	2.3	ILUMINAÇÃO DE FESTIVIDADES						
	2.3.1	Fornecimento, instalação, manutenção e retirada de LÂMPADA LED ESTROBOSCÓPICA 220V com efeito piscante tipo estrobo na cor branca, para aplicação em prédios, árvores e fachadas.	UN	40	R\$ 114,20	R\$ 145,03	R\$ 4.568,00	R\$ 5.801,20
	2.3.2	Fornecimento, instalação, manutenção e retirada de TUBO LUMINOSO LED DE EFEITOS com tamanho de 1,00 metro, com efeito luminoso tipo cascata na cor branca,	UN	40	R\$ 142,75	R\$ 181,29	R\$ 5.710,00	R\$ 7.251,60



		para aplicação em prédios, árvores e fachadas.						
2.3.3		Fornecimento, instalação, manutenção e retirada de peça tipo PEÇA DE POSTE FLOCO DE NEVE NA DIREITA COM ESPIRAIS, com dimensões de 2,00x1,00 metros, confeccionada em estrutura metálica de tubo metalon galvanizado 20x20mm e barra chata 1/2", com pintura antiferrugem, contornada com mangueiras luminosas LED 220V nas cores branco e branco quente, e preenchimento com cordões luminosos compostos por micro lâmpadas LED 220V com certificação IP68 com laudo técnico por laboratório credenciado ao INMETRO, na cor branco quente.	UN	20	R\$ 2.826,42	R\$ 3.589,55	R\$ 56.528,40	R\$ 71.791,00
2.3.4		Fornecimento, instalação, manutenção e retirada de peça tipo PEÇA DE POSTE FLORES COM FOLHAS, com dimensões de 3,00x1,50 metros confeccionada em estrutura metálica de metalon 20x20 mm, barra chata 1/2", pintura antiferrugem, contornada com mangueiras luminosas LED 220V nas cores branco e branco quente e preenchimento com cordões luminosos LED 220V com certificação IP68 com laudo técnico por laboratório credenciado ao INMETRO, nas cores branco e branco quente, com 4 lâmpadas estroboscópicas 220V	UN	20	R\$ 3.297,49	R\$ 4.187,81	R\$ 65.949,80	R\$ 83.756,20



2.3.5	Fornecimento, instalação, manutenção e retirada de peça tipo ESTRELA, com dimensões de 1,00 x 1,00 metros, confeccionada em estrutura metálica de barra chata 1/2", com pintura antiferrugem, contornada com mangueira luminosa LED 220V com certificação IP68 com laudo técnico por laboratório credenciado ao INMETRO, em cor sortida, para ser instalada em prédios e fachadas.	UN	20	R\$ 1.256,19	R\$ 1.595,36	R\$ 25.123,80	R\$ 31.907,20
2.3.6	Projeto fech, em alum. fundido, com aletas, refletor em alum. refletal, liso anod, lente em cristal temp, suporte fixação em chapa de aço galv, c/ soquete E-40, na cor cinza martelado, da REEME , ref. MA-326 ou similar, incl. lamp vapor met. 250w	UN	10	R\$ 979,23	R\$ 1.243,62	R\$ 9.792,30	R\$ 12.436,20
2.3.7	Projeto phillips ref. HNF003 com lâmpada vapor metálico de 1000 w, inclusive reator externo e ignitor ou similar	UN	4	R\$ 1.573,80	R\$ 1.998,73	R\$ 6.295,20	R\$ 7.994,92
2.3.8	Projeto retangular (tecnolux - ref. bw - 90 ou similar), inclusive reator e lâmpada vapor de sódio 400 w	UN	6	R\$ 578,80	R\$ 735,08	R\$ 3.472,80	R\$ 4.410,48
3	MANUTENÇÃO E DISPONIBILIDADE						
3.1	Manutenção - Preço Unitário por Ponto Luminoso 996 pontos X 60 meses	UN	59.760	R\$ 6,30	R\$ 8,00	R\$ 376.488,00	R\$ 478.080,00
3.2	Disponibilidade de turma pesada, período diurno - dias úteis	H	40	R\$ 420,67	R\$ 534,25	R\$ 16.826,80	R\$ 21.370,00
3.3	Disponibilidade de turma pesada, período noturno - dias úteis	H	40	R\$ 475,98	R\$ 604,49	R\$ 19.039,20	R\$ 24.179,60
3.4	Disponibilidade de turma pesada - Durante os dias de domingos e feriados	H	40	R\$ 684,09	R\$ 868,79	R\$ 27.363,60	R\$ 34.751,60
3.5	Disponibilidade de turma leve, período diurno - Dias úteis	H	40	R\$ 226,67	R\$ 287,87	R\$ 9.066,80	R\$ 11.514,80



	3.6	Disponibilidade de turma leve, período noturno - Dias úteis	H	40	R\$ 302,61	R\$ 384,31	R\$ 12.104,40	R\$ 15.372,40
	3.7	Disponibilidade de turma leve - Durante os dias de domingos e feriados	H	40	R\$ 417,48	R\$ 530,20	R\$ 16.699,20	R\$ 21.208,00
		TOTAL GERAL DA PLANILHA					R\$ 3.115.339,08	R\$ 3.956.422,04
		TOTAL GERAL DO BDI DE 27,00%		27,00%			R\$ 841.082,96	
		TOTAL GERAL DA PLANILHA COM BDI					R\$ 3.956.422,04	R\$ 3.956.422,04

5.2. A planilha orçamentária sintética acima reproduzida é constituída dos seguintes itens, devidamente explicados nos itens a seguir:

5.2.1.1. Eficientização Energética

Este item será executado integralmente e medido conforme planilha orçamentaria constante deste termo de referencia

Os preços sugeridos em planilha foram obtidos por meio da Tabela SEINFRA - I 6422, I 6423, I 7413, I 8606 e I 2312, e ainda, coleta de preços praticados no mercado, conforme Anexo XIII.

Item 1.1 – Cadastro Georreferenciado

Unidade – quantidade de pontos luminosos;

Quantidade orçada – 996 (novecentos e noventa e seis) pontos luminosos;

O georreferenciamento a ser executado nesta obra vem a ser a identificação de coordenadas por meio de GPS, com a respectiva construção de banco de dados do sistema de gestão de iluminação pública, que será disponibilizado para Municipal e acompanhado pela mesma em conjunto com a contratada, conforme previsão neste termo de referência.

Item 1.2 – Emplaquetamento – Preço por Ponto Luminoso

Unidade – quantidade de pontos luminosos;

Quantidade orçada – 996 (novecentos e noventa e seis) pontos luminosos;

Trata-se de identificação física do ponto luminoso em todos os logradouros contemplados pelo serviço de efficientização, com a aplicação de plaqueta metálica, contendo numeração e identificação com fotos da luminária, incluindo informações da composição do ponto (luminária, braço, potência do conjunto driver/leds, tipo de acionamento, etc). Estas informações serão devidamente registradas em banco de dados a ser construído incluído no objeto contratado.

Itens 1.3 a 1.6 – Luminárias LED com potências de 30 W, 50 W, 100 W e 150 W

Serão instaladas 996 (seiscentos e doze) luminárias, em todo o município de PAU BRASIL com as seguintes características:

1.3 - Instalação de Luminária LED 30W, Eficiência luminosa a partir de 140lm/W, IP 66, 50.000 hrs de garantia – quantidade prevista de 677 unidades;



1.4 - Instalação de Luminária LED 50W ou similar, Eficiência luminosa a partir de 140lm/W, IPP 66, 50.000 hrs de garantia – quantidade prevista de 137 unidades;

1.5 - Instalação de Luminária LED 100W ou similar, Eficiência luminosa a partir de 140lm/W, IPP 66, 50.000 hrs de garantia – quantidade prevista de 66 unidades;

1.6 - Instalação de Luminária LED 150W ou similar, Eficiência luminosa a partir de 140lm/W, IPP 66, 50.000 hrs de garantia – quantidade prevista de 116 unidades.

Os pagamentos referentes a estas luminárias serão efetuados dentro do período de vigência do contrato, com a anuência da fiscalização da Prefeitura, a partir do início da disponibilidade das luminárias, com previsão do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, em parcelas iguais, mensais e proporcionais ao número de meses remanescentes do contrato.

No que diz respeito à garantia, o licitante vencedor do processo licitatório deverá apresentar imediatamente após adjudicação e assinatura de contrato, documentação comprovando:

- Eficiência luminosa – ensaios laboratoriais em instituições credenciadas;
- Índice de Proteção – ensaios laboratoriais em instituições credenciadas;
- Garantia de funcionamento (declaração de fabricante), atestando o tempo declarado de funcionamento constante na descrição das luminárias na planilha sintética.

5.2.1.2. Serviços Adicionais

Nesta seção estão estimados custos referentes a instalação de materiais ou prestação de serviços os quais serão devidamente identificados pela fiscalização, medidos, atestados e faturados de acordo com quantidade efetivamente consumida em campo, sendo os quantitativos apresentados nesta planilha sintética orientativos, preços obtidos a partir das fontes SEINFRA e SINAPI.

A priori, estes serviços adicionais somente serão necessários, caso haja ampliação do parque pela concessionária estadual (COELBA).

Destaque para o item 2.2 – Iluminação Cência e de Monumentos Históricos, que deverão ser objeto de execução no primeiro ano de contrato, com definição pela Prefeitura Municipal de PAU BRASIL, de sítios e edificações de valor cultural ou histórico no município.

Os quantitativos apresentados foram estimados, podendo eventualmente não ser completamente consumidos ou superados.

O pagamento somente será autorizado com base em ordem de serviço específica da fiscalização e apresentação de projeto executivo detalhado quando da execução das obras.

5.2.1.3. Manutenção e Disponibilidade

Estão previstos nesta seção os serviços de manutenção e disponibilidade de turmas remota ou presencialmente:

3.1 - Manutenção - Preço Unitário por Ponto Luminoso 996 pontos X 60 meses

- Unidade – quantidade de pontos;
- Quantidade: 59.760 pontos (referente a 60 meses);
- A manutenção engloba custos mensais de equipe, remota ou presencial, equipamentos e materiais necessários para atendimento de ocorrências em campo, como cabos, relés, conexões, substituição de lâmpadas, que porventura, apresentem qualquer anomalia de fabricação, entre outras, necessárias ao perfeito funcionamento do parque eficientizado.

A solicitação dos serviços deverá ser realizada através de registro de reclamações a partir do cidadão (por intermédio de aplicativo ou site disponibilizado pela contratada) ou por demanda espontânea da própria administração;



- Está prevista, de acordo com a necessidade, a disponibilização de equipe de manutenção, composta de: caminhão ¾ com cesto isolado, capacidade até 180 kg, altura de atendimento até 15 m, composta por 1 eletricista, 1 auxiliar de eletricista e 1 motorista.

A escolha da opção de pagamento da manutenção, por ponto, foi baseada em pesquisas feitas em outros municípios, que demonstraram a vantajosidade para a Administração, conforme exemplificação abaixo:

- Hipótese: Atendimento de todas as atividades de manutenção no município de PAU BRASIL durante o período de 1 (um) mês

- Custo composto por ponto:
R\$ 7,58 x 996 pontos = R\$ 7.549,68/mês

Itens 3.2 a 3.7 – Disponibilidade de Turmas

Verba destinada a serviços excepcionais que porventura venham a ser necessários no Município, quando de situações que exijam utilização de mão-de-obra e equipamentos além dos disponibilizados nas atividades de manutenção, somente se autorizados pela fiscalização em ordens de serviços específicas.

Os quantitativos de horas registrados são estimativos, podendo o Município realizar total ou parcialmente, os valores estimativos do orçamento constante deste Termo de Referência.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO - 0305 Secretaria De Infraestrutura e Serviços Urbanos

UNIDADE - 06 Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos

AÇÃO - 2.131 Ampliação e Manutenção do Setor de Iluminação Pública

ELEMENTO DE DESPESA - 33903900 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO - 1500000 Recursos Não Vinculados de Impostos

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1.1. Os serviços serão prestados por um servidor designado, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

7.1.2. Após a verificação da conformidade da prestação do serviço no que se refere as especificações constantes do Edital e da proposta, a sua consequente aceitação deverá ser documentada em até 30 (trinta) dias para atestar que os serviços foram prestados com qualidade adequada.

7.1.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo e a qualidade do serviço prestado no dia do esgotamento do prazo.

7.1.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a prestação do serviço que se encontrar em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1.1. Prestar os serviços de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, anexo ao Edital de Licitação, no prazo estabelecido e de acordo com as Ordens de Serviços recebidas da fiscalização / Secretaria responsável pela gestão da contratação em pauta, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta. Com a fiscalização do serviço prestado e não existindo observações ou correções a serem feitas, deverá ser emitida nota fiscal contendo em seu corpo descrição detalhada do serviço prestado;

8.1.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário;

8.1.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

8.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 14, 20, 21 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, "I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III - o abatimento proporcional do preço", às suas expensas, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o serviço mal executado ou não executado.

8.1.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

8.1.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.11. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1.1. Emitir ordens de serviços, observando os cronogramas de execução, de forma a não atrasar o objeto a ser executado nos prazos pactuados;

9.1.2. Receber os serviços executados, nos prazos estabelecidos pelas partes, de forma a não atrasar a execução e cronogramas pactuados;

9.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1 A fiscalização da contratada será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

10.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

10.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da prestadora do serviço, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior (quando for o caso), e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

10.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

11.1. Cumpre destacar que para subsidiar uma licitação, contratação e a prestação do serviço de iluminação pública, há a necessidade de um instrumento chamado “Cadastro Técnico Georreferenciado do Parque de Iluminação” (ou, simplesmente, Georreferenciamento do Parque de Iluminação), que trata, em suma, de um mapeamento de todos os pontos de iluminação (com discriminação de suas características) existentes na circunscrição geográfica de todo o município.

Em razão do município hoje não dispor de cadastro georreferenciado (o qual será executado ao longo da obra de efficientização), como referência para execução da obra apresentamos informação disponibilizada pela Concessionária de Energia Elétrica do Estado da Bahia (COELBA/Neoenergia).



Tipo	Lâmpadas	Qtd Existente
FLUORESCENTE	15	1
	18	1
	20	1
	25	1
	30	3
	40	3
MISTA	160	3
	400	1
LED	9	7
	10	2
	20	2
	25	1
	30	30
	40	235
	50	5
	65	1
	70	4
	100	9
	200	2
VAPOR METÁLICO	70	1
	150	4
	250	7
	400	25
VAPOR DE MERCÚRIO	400	6
VAPOR DE SÓDIO	70	381
	150	119
	250	56
	400	85
Total Geral		996

11.2 Conforme levantamento efetuado pelo corpo técnico da Prefeitura Municipal de PAU BRASIL, constatou-se a necessidade de expansão do parque atual até o quantitativo de 996 pontos luminosos.

11.3 As atividades contempladas nesta licitação enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 (alterado pelo Decreto nº 10.239 de 28 de abril de 2020), que regulamenta a Lei nº 13.979, conforme parágrafo primeiro, abaixo reproduzido:

“§ 1º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, ...”

11.4 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



11.5 Contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência podem ser enquadrados na categoria de serviços de natureza comum, para fins do disposto no art. 1º da Lei 14.133 de 2021 c/c art. 4º, do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005, pois os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado.

11.6 O objeto terá execução indireta e no regime de fornecimento e prestação de serviço associado, considerados os lotes de serviços indicados neste Termo.

12 MISSÃO E COMPROMISSO DA CONTRATADA

Caberá a empresa vencedora dessa licitação, denominada CONTRATADA, na abrangência desse Gerenciamento, desenvolver todos os Serviços inerentes ao Sistema de Iluminação Pública do Município, visando atingir os resultados e o desempenho estabelecido no Contrato e neste Termo de Referência, assegurando sempre o cumprimento das Normas Brasileiras aplicáveis aos serviços contratados.

13. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Este item determina as características técnicas necessárias à realização dos serviços.

a. Serviço de Consultoria e Projetos Luminotécnicos:

- i. A execução destes serviços será feita mediante emissão de ordem de serviço emitida pelo MUNICÍPIO;
- ii. A remuneração dos serviços prestados pela CONTRATADA executado como disposto neste Termo de Referência será calculada, a cada mês, pela multiplicação do preço unitário por ponto luminoso conforme o Anexo XI - Planilha de Preços Unitários PROPOSTOS pela CONTRATADA, pelo número total de pontos luminosos existentes no(s) logradouro(s) do referido projeto. Fica definido como ponto luminoso a unidade constituída por uma lâmpada e os acessórios indispensáveis ao seu funcionamento;
- iii. Os projetos devem ser elaborados em um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir da emissão da Ordem de Serviço pelo MUNICÍPIO;
- iv. Os serviços de consultoria e projetos serão realizados sempre respeitando a Norma ABNT NBR – 5101 e deverão ser projetados para operar nas condições ambientais do local de instalação;
- v. O Projeto Luminotécnico deverá ser elaborado contendo no mínimo:
 - a. Identificação do Engenheiro responsável pelas informações e especificações técnicas. A identificação deverá conter o nome, CPF, formação técnica, nº do registro profissional, além de número de registro no CREA.
 - b. Parte gráfica (plantas e desenhos técnicos) com o arranjo das luminárias, evidenciando a disposição das mesmas nos espaços públicos, com a localização dos pontos de iluminação pública que serão eficientizados, com o nome das vias, com distâncias e escalas bem definidas.
 - c. Relatório de simulação em software padrão de iluminação pública contendo a simulação das luminárias LEDs. Os pontos de simulação devem ser dispostos conforme NBR 5101/2012. Os relatórios devem conter, no mínimo: i. dados gerais da luminária; ii. parâmetros da via e postes utilizados; iii. planta da via em duas dimensões - 2D, no mínimo, contendo a disposição dos postes e os pontos de medição; iv. planilha contendo os valores medidos de iluminância por ponto; v. diagrama polar cartesiano da luminária; vi. iluminância média mínima e fator de uniformidade mínimo conforme NBR 5101/2012.
 - d. Caracterização do sistema proposto: tipo e modelo de luminária LED, características e especificações técnicas detalhadas. Dados mínimos: fluxo luminoso, eficiência luminosa, temperatura de cor, IRC, vida útil, potência, distorção harmônica, fator de potência, grau de proteção IP, garantia do fabricante. No Anexo XII é apresentado um recorte de um relatório que pode ser obtido a partir do software aberto Dialux Evo.

Durante a execução o MUNICÍPIO deve proceder com a fiscalização dos serviços o que será realizado conjuntamente pelas equipes da CONTRATADA e Fiscalização da PREFEITURA, as medições dos índices de iluminamento médio e uniformidade média/mínima da iluminação, conforme orientação da Norma ABNT NBR-5101, de modo a comprovar o atendimento das condições estabelecidas no projeto, conforme

classificação de vias e índices mínimos a serem aferidos conforme tabelas abaixo reproduzidas (extraídas da norma NBR 5101):

Classificação de tráfego motorizado:

Classificação	Volume de tráfego noturno ^a de veículos por hora, em ambos os sentidos ^b , em pista única
Leve (L)	150 a 500
Médio (M)	501 a 1 200
Intenso (I)	Acima de 1 200
^a Valor máximo das médias horárias obtidas nos períodos compreendidos entre 18 h e 21 h.	
^b Valores para velocidades regulamentadas por lei.	
NOTA Para vias com tráfego menor do que 150 veículos por hora, consideram-se as exigências mínimas do grupo leve (L) e, para vias com tráfego muito intenso, superior a 2 400 veículos por hora, consideram-se as exigências máximas do grupo de tráfego intenso (I).	

Classificação de tráfego de pedestres:

Classificação	Pedestres cruzando vias com tráfego motorizado
Sem tráfego (S)	Como nas vias arteriais
Leve (L)	Como nas vias residenciais médias
Médio (M)	Como nas vias comerciais secundárias
Intenso (I)	Como nas vias comerciais principais
^a O projetista deve levar em conta esta tabela, para fins de elaboração do projeto.	

Classes de iluminação para cada tipo de via (tráfego de veículos):

Descrição da via	Classe de Iluminação
Vias de trânsito rápido; vias de alta velocidade de tráfego, com separação de pistas, sem cruzamentos em nível e com controle de acesso; vias de trânsito rápido em geral; auto-estradas	
Volume de tráfego intenso	V1
Volume de tráfego médio	V2
Vias arteriais; vias de alta velocidade de tráfego com separação de pistas; vias de mão dupla, com cruzamentos e travessias de pedestres eventuais em pontos bem definidos; vias rurais de mão dupla com separação por canteiro ou obstáculo	
Volume de tráfego intenso	V1
Volume de tráfego médio	V2
Vias coletoras; vias de tráfego importante; vias radiais e urbanas de interligação entre bairro, com volume de pedestres elevado	



Volume de tráfego intenso	V2
Volume de tráfego médio	V3
Volume de tráfego leve	V4
Vias locais; vias de conexão menos importantes; vias de acesso residencial	V4 V5
Volume de tráfego médio	
Volume de tráfego leve	

Iluminância média mínima e uniformidade para cada classe de iluminação (tráfego de veículos)

Classe de iluminação	Iluminância média mínima $E_{med,min}$ lux	Fator de uniformidade mínimo $U = E_{min}/E_{med}$
V1	30	0,4
V2	20	0,3
V3	15	0,2
V4	10	0,2
V5	5	0,2

Classes de iluminação para cada tipo de via (tráfego de pedestres)

Descrição da via	Classe de iluminação
Vias de uso noturno intenso por pedestres (por exemplo, calçadas, passeios de zonas comerciais)	P1
Vias de grande tráfego noturno de pedestres (por exemplo, passeios de avenidas, praças, áreas de lazer)	P2
Vias de uso noturno moderado por pedestres (por exemplo, passeios, acostamentos)	P3
Vias de pouco uso por pedestres (por exemplo, passeios de bairros residenciais)	P4

Iluminância média e fator de uniformidade mínimo para cada classe de iluminação (tráfego de pedestres)

Classe de iluminação	Iluminância horizontal média E_{med} lux	Fator de uniformidade mínimo $U = E_{min}/E_{med}$
P1	20	0,3
P2	10	0,25
P3	5	0,2
P4	3	0,2

b. Instalação de luminárias/lâmpadas com tecnologia LED em vias públicas:

i.A instalação desses equipamentos tem a finalidade de melhorar a qualidade de iluminação pública atual e reduzir o consumo atual.



ii. A instalação desses equipamentos possibilitará a redução dos custos de manutenção, já que possui vida útil muito superior a iluminação tradicional.

iii. As luminárias a serem instaladas na efficientização no Município de PAU BRASIL deverão ser disponibilizadas pela contratada em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, em regime de compra e venda com reserva de domínio, nos termos dos artigos 521, 524, 526 e 527 do Código Civil.

iv. A renumeração referente aos equipamentos será feita mensalmente conforme indicações na planilha orçamentária;

v. O prazo total de instalação das luminárias/lâmpadas será de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da disponibilidade das luminárias.

vi. Requisitos de qualidade técnica mínima para as luminárias a LED a serem utilizadas em vias públicas:

1. Redução mínima de aproximadamente 50% do consumo de energia dos pontos efficientizados (cadastro COELBA);

2. Fator de potência maior ou igual 0,92;

3. Garantia de Fabricação de no mínimo 5 (cinco) anos;

4. Distorção harmônica total (THD) menor ou igual a 10%;

5. Fluxo luminoso da luminária (lumens);

6. Eficiência luminosa mínima de 140 lumens/W;

7. Temperatura de cor entre 4000-6500K (dependendo a necessidade);

8. Índice de reprodução de cor maior ou igual a 80%;

9. Devem atender a norma ABNT NBR 5101:2012;

10. Devem possuir índice de proteção IP 66;

11. L70 maior ou igual 50.000 horas;

12. Devem possuir dispositivos contra surtos superior a 6kV;

13. Devem possuir índices de reprodução de cor (IRC) maior ou igual a 80%;

14. Para utilização em vias, o conjunto ótico tipo "street";

15. Para utilização em praças, o conjunto ótico deverá ter entre 60-100 graus;

16. O corpo deve ser em alumínio injetado, com pintura eletrostática;

17. Redução mínima de 50% do consumo total de energia;

18. Garantia de funcionamento por parte do Fabricante por prazo de no mínimo 5 (cinco) anos (apresentação de atestado proveniente do fornecedor);

vii. As especificações técnicas e respectivos modelos equivalentes a serem locados, bem como valores unitários de Instalação, estão disponíveis na tabela da planilha orçamentária.

a. Serviços de melhoramento e ampliação: Caberá à CONTRATADA realizar as obras e serviços relativos a expansão do Sistema de Iluminação Pública do Município de PAU BRASIL - BA, atendendo todas as exigências requeridas em programa ou projeto específico conduzido pelo MUNICÍPIO, sob as diretrizes dos seguintes critérios e procedimentos:

viii. Os trabalhos de melhoramento e ampliação serão, de forma geral, executados em regime de empreitada integral ("turn key");

ix. O preço final de cada obra será obtido pela multiplicação dos preços unitários da planilha de que trata o item acima pelas quantidades dos respectivos serviços a serem realizados e, em seguida, pelo valor menor valor da proposta da CONTRATADA;

x. Após aceitação do orçamento apresentado pela CONTRATADA por parte da Fiscalização, o MUNICÍPIO formalizará a autorização para início da execução das obras, conforme modelo da Ordem de Serviço (OS) -

xi. É direito do MUNICÍPIO recusar qualquer tipo de material ou equipamento que esteja sendo indicado no projeto, e que não atenda às especificações definidas neste Termo de Referência, sem que com isso tenha que pagar qualquer valor adicional ao já estabelecido no Contrato;

xii. Na hipótese da fiscalização rejeitar serviços realizados pela Contratada, a mesma deverá promover a sua imediata regularização em regime de empreitada integral ("turn key"), com a revisão e a adequação do correspondente orçamento e respectiva aprovação da fiscalização. Para evitar essa situação o MUNICÍPIO poderá, nas inspeções de recebimento dos materiais e equipamentos adquiridos, utilizar-se dos serviços de engenharia da CONTRATADA;

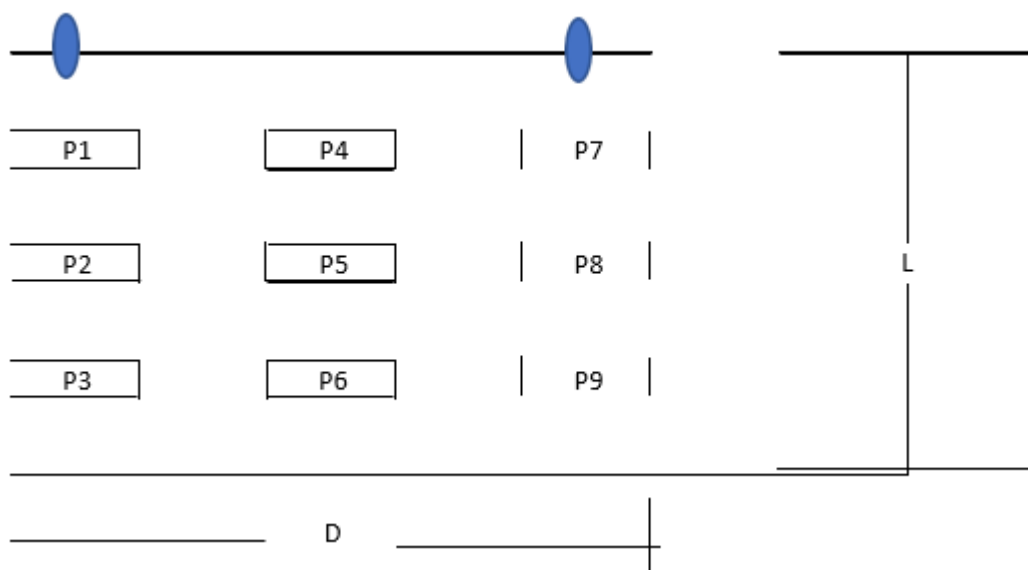
xiii. Durante a execução a CONTRATADA deve proceder à implantação dos melhoramentos, e antes mesmo da inauguração da obra, serão realizadas conjuntamente pelas equipes da CONTRATADA e Fiscalização do MUNICÍPIO, as medições parciais, previamente definido, dos índices de iluminação



médio e uniformidade média/mínima da iluminação, conforme orientação da Norma ABNT NBR-5101, de modo a comprovar o atendimento das condições estabelecidas no projeto;

xiv.A CONTRATADA é a única responsável pelo atendimento aos níveis de iluminamento médio e uniformidade média/mínima da iluminação, estando obrigada a revisar todo o trabalho realizado de modo a atingi-los e a refazer, se para tanto for necessário, todo o projeto e implantação na via em desacordo com a norma, sem nenhum ônus para o MUNICÍPIO, quando a fiscalização por amostragem demonstrar haver não conformidade grave (variação acima de 10% nos índices previstos em projeto).

A seguir é apresentada grade luminotécnica simplificada, segundo padrão NBR 5101 (versão 1992), que deverá ser adotada para facilitar conferência em campo das instalações realizadas:



Onde:

D – distância entre postes onde estão instaladas as luminárias (escolher 2 pontos luminosos no meio do logradouro);

L – distância entre centro da luminária e meio fio do lado contrário.

Os pontos P1 a P9 deverão ser demarcados de maneira regular, particionando a via em três linhas e três colunas, devendo ser efetuadas medições nos pontos médios de encontro das linhas longitudinais e transversais igualmente espaçadas.

A medição deverá ser realizada com luxímetro aferido, calculando a iluminância média (Emed) conforme fórmula abaixo reproduzida:

$$Emed = ((P1+P3+P7+P9)/16) + ((P2+P4+P6+P8)/8) + P5/4$$

A Uniformidade (Uo), será calculada como o quociente entre a menor medição encontrada entre as nove medições e a Iluminância Média (Emed) acima calculada.

Por se tratar de método expedito, serão admitidas variações de até 10% nos resultados obtidos, considerando que o projeto está corretamente executado.

A metodologia acima descrita será sintetizada no índice a seguir descrito, permitindo que a Prefeitura acompanhe de maneira periódica a conformidade do parque de iluminação pública:

Índice de Adequação Luminotécnica (IAL):

Sorteio de logradouros, com identificação do padrão de via segundo NBR 5101, quando do término da efficientização (0,5% do parque, equivalente a 60 pontos luminosos), a cada seis meses (após término da

eficientização ou a pedido de fiscal da prefeitura) ou após término de obra de expansão (um logradouro por bairro), com medição do nível médio de iluminância e uniformidade, com os critérios a seguir descritos:

- Reprovado – verificação de que equipamentos instalados em logradouro não atingiram valor médio de iluminância e uniformidade;
- Parcialmente aprovado – atingiu um dos dois índices, necessário corrigir o índice não conforme.
- Aprovado – ambos os índices foram atingidos.

Será admitida variação sobre os resultados em até 10% abaixo do estipulado em norma, levando-se em conta possíveis distorções causadas por vão entre postes irregular (muito acima ou abaixo do valor médio de 30 m), bem como presença de arborização ou obstáculos significativos junto às luminárias instaladas.

Na hipótese de reprovação, a contratada deverá substituir equipamento ou readequar instalação (mudança de ângulo da luminária, substituição de tipo de braço ou padrão de montagem) e submeter a nova medição para aprovação no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a partir da constatação da reprovação da instalação.

14. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

Definição dos critérios técnicos de acompanhamento e avaliação dos serviços contratados, de modo a permitir o MUNICÍPIO verificar a qualidade do serviço e do gerenciamento do Sistema de Iluminação Pública. Cada critério tem uma definição, um modo e uma periodicidade de cálculo definidos nos itens a seguir:

14.1. Critério da Qualidade do Serviço: Esse critério comporta três aspectos principais:

- a. a Qualidade da execução,
- b. a Qualidade da Continuidade da Iluminação e
- c. a Qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação.

14.2. Qualidade da Execução: A avaliação da Qualidade da Execução tem como objetivo verificar periodicamente a precisão do cadastro georreferenciado, que deverá ser devidamente atualizado quando autorizadas intervenções de manutenção e/ou expansão do parque de iluminação pública autorizados pela Administração. Será medido de acordo com o índice a seguir discriminado:

Índice de Qualidade dos Dados (IQD):

Após o término do cadastro georreferenciado, serão sorteados aleatoriamente 0,1% dos pontos luminosos a cada trimestre, para aferir as seguintes informações em banco de dados e em campo:

- Número da plaqueta;
- Tipo e potência de luminária instalada;
- Registro de dados dos demais itens da estrutura de iluminação.

Caso sejam constatadas falhas em registros, como falta de plaqueta, erro na descrição da luminária e/ou de sua estrutura, a contratada deverá proceder imediatamente à correção dos problemas verificados em banco de dados, bem como realizar verificação exaustiva no logradouro onde houve registro do problema de qualidade de dados, devendo apresentar informações e dados regularizados em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis ao fiscal da prefeitura.

14.3. Qualidade da Continuidade da Iluminação: serão avaliados os índices de pontos apagados à noite e acesos de dia, de acordo com os índices a seguir descritos.

Índice de Disponibilidade de Luz Noturna (IDLN):

Será realizado uma vez por mês, em logradouros aleatórios (sorteados), a partir do término das obras de eficientização em amostra de 5% (cinco por cento) do parque de PAU BRASIL, o que implica em um quantitativo de 600 pontos luminosos.



O critério a ser adotado é o abaixo explicitado:

- Acima de 8% da amostra de pontos apagados à noite – manutenção reprovada, contratada deverá realizar imediatamente verificação completa e regularização do parque, sem expensas à municipalidade, no prazo de uma semana, salvo em situações de intempéries, guerra civil, acidente de grande proporção ao longo da execução da amostragem ou outros fatos extraordinários que porventura venham a ser verificados em campo;
- Entre 5,1% e 7,9% da amostra de pontos apagados à noite – manutenção parcialmente aprovada, a contratada deverá realizar verificação completa do parque e regularização da situação do parque, sem expensas à municipalidade, no prazo de um mês, salvo em situações de intempéries, guerra civil, acidente de grande proporção ao longo da execução da amostragem ou outros fatos extraordinários que porventura venham a ser verificados em campo;;
- Percentual de 5% ou menor da amostra de pontos apagados à noite – manutenção aprovada, a contratada realizará manutenção de acordo com o contrato.

Índice de Pontos Acesos durante o Dia (IPAD):

Será realizado uma vez por mês, em logradouros aleatórios (sorteados), a partir do término das obras de efficientização em amostra de 5% (cinco por cento) do parque de PAU BRASIL, o que implica em um quantitativo de 600 pontos luminosos.

O critério a ser adotado é o abaixo explicitado:

- Acima de 10% da amostra de pontos acesos de dia – manutenção reprovada, contratada deverá realizar imediatamente verificação completa do parque e regularização da situação do parque, sem expensas à municipalidade, no prazo de uma semana;
- Entre 7,1% e 9,9% da amostra de pontos acesos de dia – manutenção parcialmente aprovada, a contratada deverá realizar verificação completa do parque e regularização da situação do parque, sem expensas à municipalidade, no prazo de um mês;
- Percentual de 7% ou menor da amostra de pontos acesos de dia – manutenção aprovada, a contratada realizará manutenção de acordo com o contrato.

14.4. Qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação: A avaliação da qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação diz respeito aos prazos de intervenção em relação aos tipos de panes possíveis e serão medidos de acordo com os índices a seguir:

- Solicitação de intervenção em ponto isolado de iluminação pública em logradouro: prazo de 3 dias corridos;
- Solicitação de intervenção em 2 a até 4 pontos de iluminação pública em logradouro: prazo de 2 dias úteis;
- Solicitação de intervenção em 5 ou mais pontos de iluminação pública em logradouro: prazo de 1 dia útil;

14.5. Nas avaliações alusivas ao item e seus subitens, serão excluídas, para efeito dos itens de controle, as constatações de problemas causados por abaloamento de postes, situações decorrentes de serviços em curso, que estejam sendo executados pela CONTRATADA, além dos decorrentes dos motivos de Força Maior discriminados no item 23 deste Termo de Referência.

15. PENALIDADES POR VIOLAÇÃO DOS ÍNDICES DE QUALIDADE

Sem prejuízo às demais sanções contratuais, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes multas por violação dos Índices de Qualidade, após um período mínimo de 30 (trinta) dias do início da efficientização completo do Sistema de Iluminação Pública no Município:

OCORRÊNCIA VALOR DE MULTA

15.1. Pelo não atendimento ao índice relativo ao Critério da Qualidade do Serviço, previsto no sub-item 14.2 sobre a medição da Qualidade da Execução.

a. Valor correspondente ao faturamento mensal de 30 (trinta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

15.2. Pelo não atendimento a um índice de controle (a cada inspeção) relativo ao Critério da Continuidade da Iluminação, previsto no sub-item 14.3.

a. Valor correspondente ao faturamento mensal de 30 (trinta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

15.3. Pelo não atendimento dos prazos previstos no item 14.4. relativo à Qualidade da Intervenção na Rede de iluminação.

a. Valor correspondente ao faturamento mensal de 5 (cinco) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência, para cada violação.

15.4. Pelo não cumprimento dos prazos de entrega do Relatório Anual de Atividades.

a. Valor correspondente ao faturamento mensal de 260 (duzentos e sessenta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência, até a entrega.

16.0 TRANSFERENCIA DA RESPONSABILIDADE PELA INSTALAÇÕES DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA A CONTRASDADA

16.1. A transferência da responsabilidade pelas instalações para a CONTRATADA será realizada em conformidade com os critérios a seguir:

16.1.1. Definição das instalações - As instalações objeto dessa Contratação serão assim definidas:

- a. Número de pontos luminosos;
- b. Número de luminárias;
- c. Número de suportes;
- d. Número de armários de comando;
- e. Comprimento de cabos e redes;
- f. Limites de redes de iluminação pública e de redes de distribuição pública;
- g. Postes exclusivos de Sistemas de Iluminação Pública.

16.2. Sistema existente - A CONTRATADA receberá todas as instalações do Sistema no início das atividades de operação e manutenção a que se refere esse termo de referência, assumindo a responsabilidade sobre essas instalações, conforme previsto no Contrato, com exceção da responsabilidade que decorrer especificamente de obras ou serviços realizados antes do seu início. Em seguida, será emitido pela CONTRATADA o Termo de Recebimento Definitivo das instalações do Sistema de Iluminação Pública do Município, assinado pelas partes contratantes.

16.3. Novas Instalações Executadas Pela CONTRATADA - É de responsabilidade da CONTRATADA assumir o controle e manutenção das novas instalações realizadas durante a vigência deste Contrato. Essas instalações correspondem às ampliações e melhoramentos definidos no Contrato e neste Termo de Referência.

16.3.1. Cada obra de ampliação ou melhoramento será objeto de emissão de Termo de Contabilização do Sistema de Iluminação Pública após o início da operação da mesma.

16.3.2. O Termo conterá o número de pontos luminosos na data anterior ao registro do mesmo, somados aos novos pontos instalados. Servirá de base para atualização da quantidade de pontos luminosos a serem faturados pela CONTRATADA no mês subsequente ao evento.

17.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações descritas na Minuta do Contrato e das demais, anteriormente, neste Termo de Referência, são obrigações da CONTRATADA:

17.1. Manter registro em meio magnético indicando com precisão, os pedidos de intervenção no Sistema de Iluminação Pública. A cada mês, a CONTRATADA deverá entregar a Fiscalização do MUNICÍPIO um relatório do registro das panes, que será assinado pelas duas partes, informando:

- a. Data e a hora do pedido de intervenção;
- b. Nome das pessoas que transmitiram e receberam a chamada;
- c. Endereço, rua e número da pane;
- d. Data e a hora da realização do conserto.

17.2. Esse sistema de registro ficará permanentemente à disposição da Fiscalização do MUNICÍPIO, que poderá realizar a verificação dos controles a qualquer momento.

17.3. A CONTRATADA deverá buscar ao longo do Contrato manter as instalações de iluminação pública existentes em conformidade com a Norma Brasileira vigente, realizando avaliações periódicas com a fiscalização do município da necessidade eventual de expansões de rede e instalação de novos pontos luminosos no município. Desta maneira, com a anuência da Administração Pública e identificadas demandas de expansões, serão orçados e negociados com a Fiscalização do Município a execução de obras de expansão de iluminação pública.

17.4. Realizar, no prazo de três meses, após a assinatura do Contrato com o MUNICÍPIO, auditoria e avaliação do Sistema de Iluminação Pública, apresentando por escrito, as considerações que entender necessárias visando a assegurar o seu perfeito funcionamento.

17.5. Promover meios para assegurar o cumprimento das metas de otimização do Sistema de Iluminação Pública do Município, conforme estabelecido neste Contrato.

17.6. Manter, em elevado nível de cortesia e eficiência, o relacionamento permanente com os usuários do Sistema.

17.7. Executar os serviços contratados, cumprindo as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no Contrato, nos seus Anexos e em eventuais Aditivos, assumindo os compromissos pelos resultados programados em consonância com os custos estimados, respeitando as normas legais que regulam sua atuação.

17.8. Assumir todos os ônus decorrentes de falhas, omissões, defeitos de instalação e prejuízo outros derivados da má execução do Contrato.

17.9. Enviar mensalmente ao Município, Relatório da Administração acompanhado de balancete contábil, levantamentos estatísticos dos resultados obtidos com o gerenciamento completo do Sistema de Iluminação Pública, devendo ser apresentado modelo por parte da Contratada, o qual deverá ser validado pela Administração Pública quando da adjudicação do contrato e doravante entregue regularmente ao Município.

17.10. Manter sistemática de informação, através de meio de comunicação adequado.

17.11. Garantir a qualidade no relacionamento entre os seus funcionários e os usuários.

17.12. Manter atendimento telefônico das reclamações, em qualquer circunstância.

17.13. Aceitar as indicações de prioridade por parte do MUNICÍPIO, na execução das obras e serviço, compatíveis com esta Contratação, de modernização, ampliação e renovação do Sistema.

17.14. Assumir a responsabilidade pelos danos decorrentes da execução do Contrato, independentemente da existência de culpa ou dolo por parte da CONTRATADA, salvo se provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa exclusiva do MUNICÍPIO ou da pessoa que sofreu o dano.

17.15. Assegurar o MUNICÍPIO o direito de fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, especialmente no que diz respeito ao cumprimento das metas de qualidade no gerenciamento do Sistema de Iluminação Pública, conforme previsto neste Termo de referência.

17.16. Atender consulta sobre modificações que o MUNICÍPIO pretenda executar nas instalações de iluminação pública, informando se a realização dessas modificações é compatível com os compromissos assumidos pela CONTRATADA, neste Termo de referência, quais as eventuais incidências financeiras, devidamente justificadas, que resultarão para o MUNICÍPIO, bem como eventuais consequências relativas à aplicação dos dispositivos do presente Contrato.

17.17. Obter junto às autoridades competentes (IPHAN, IBAMA) autorização para a execução de obras que possam ser objeto de questionamentos sob o ponto de vista do tombamento da cidade ou de motivação ambiental, antes da execução dos serviços contratados.

18.0 . OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

18.1. Colocar à disposição da CONTRATADA os documentos técnicos descritivos integrantes do acervo do Serviço de Iluminação Pública do Município, tais como: catálogos, manuais de operação, manuais de fornecedores, plantas, esquemas fichários, necessários a execução do Contrato ou alternativamente apontamentos das manutenções realizadas ao longo dos últimos 6 meses (quantidade de materiais consumidos, quantitativos de equipamentos e pessoal utilizados etc).

18.2. Indicar, através de documento assinado pelo Gerente do Contrato, um técnico com amplos conhecimentos sobre o objeto do Contrato, com delegação para representá-lo, quando de seu impedimento eventual, nas obrigações contratuais.

18.3. Proporcionar livre acesso aos técnicos e prepostos da CONTRATADA aos locais que estiverem sob o controle do MUNICÍPIO, onde se encontrem instalados os equipamentos destinados à execução dos serviços previstos neste Contrato.

18.4. Envidar esforços junto aos órgãos do poder público em geral no sentido de que realizem consulta à CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, antes de manifestarem sua concordância e formalizarem autorização sobre projetos de engenharia ou arquitetônicos, que possam dificultar a execução dos serviços contratados.

18.5. Interceder junto às autoridades competentes no sentido de facilitar a execução dos serviços contratados.

18.6. Executar todos os serviços de distribuição de energia elétrica que lhe compete e não à CONTRATADA, necessários ao bom cumprimento do Contrato.

18.7. Promover a realização dos seus serviços de forma a que não ocorram desencontros com os desenvolvidos pela CONTRATADA, informando esta da necessidade de rever a sua programação, quando for o caso.

18.8. Informar, aos usuários dos serviços de Iluminação Pública, das obrigações e dos limites contratuais, visando a caracterizar a ação da CONTRATADA.

18.9. Não executar nenhuma modificação nas instalações de iluminação pública sem consultar a CONTRATADA.

18.10. Informar a CONTRATADA sobre situações de mau funcionamento do sistema de iluminação pública que não sejam passíveis de correção imediata para SEGURANÇA GUARDA MUNICIPAL e/ou POLICIA MILITAR.

19.0 CONDIÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Esse item determina as Cláusulas Administrativas aplicáveis ao Contrato que delega à CONTRATADA a eficiência e expansão do Sistema de Iluminação Pública no Município, por intermédio do qual - pontuado por obrigação de resultado -, o MUNICÍPIO empenhar-se-á para que a CONTRATADA assegure um serviço de excelente qualidade, exercendo controle, em conjunto com o próprio Município.

19.2. Território de aplicação - O presente Contrato aplica-se a:

a. Todas as instalações da rede de iluminação pública localizada sobre todos os logradouros, ruas e estradas, municipais ou outras sob a responsabilidade do Município, situadas no seu perímetro, incluindo Sistemas, praças, estacionamentos da coletividade, que estejam em serviço na data da assinatura do Contrato.

b. Todas as instalações novas realizadas no decorrer do Contrato, relacionadas com Iluminação Pública.

19.3. Representante da CONTRATADA - Sem prejuízo ao seu Responsável Técnico, após 15 dias da assinatura do Contrato a CONTRATADA indicará, por escrito, a pessoa física que a representará, comprometendo-se a uma comunicação imediata no caso de sua posterior substituição.

19.4. Convocação da CONTRATADA - A CONTRATADA ou seu representante e/ou Responsável Técnico terá obrigação de estar presente nos escritórios do MUNICÍPIO ou em campo, sempre que convocado, cada vez que isso seja necessário.

19.5. Exclusividade - O MUNICÍPIO direcionará à CONTRATADA todos os serviços de iluminação pública que lhe sejam demandados e que estejam inseridos no escopo do presente Contrato, propiciando-lhe, destarte, exclusividade na execução dos serviços contratados durante a vigência do Contrato, em todo o Município.

19.5.1. À CONTRATADA caberá o direito exclusivo e a obrigação de cercear a utilização por terceiros das instalações que lhe foram confiadas no âmbito desse Contrato.

19.5.2. O MUNICÍPIO propiciará à CONTRATADA o direito exclusivo de intervir nas suas instalações de distribuição de energia elétrica, acima e abaixo das vias públicas e privadas e das suas dependências, para efetuar todo e qualquer conserto ou manutenção nas instalações do Sistema de Iluminação Pública ou para realizar obras de expansão de iluminação pública, sob a condição de, nas intervenções, a CONTRATADA observar rigorosamente as normas técnicas e de operação do MUNICÍPIO.

20. ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO

20.1. Esse Contrato será adjudicado após o resultado do Processo Licitatório, informado pela área de licitações da Prefeitura Municipal de PAU BRASIL/BA.

21.0 DIREITOS DE CONTROLE

21.1. Direitos de Controle da CONTRATADA

21.1.1. A CONTRATADA possui o direito de controlar as obras de montagem de instalações de iluminação pública que terceiros venham, eventualmente e por autorização do Poder Público, realizar fora do presente Contrato. Esse controle se refere a totalidade das seguintes operações:

- a. Projetos em execução, com participação em todas as reuniões referentes a tais projetos;
- b. Livre acesso às obras;
- c. Recepção provisória e definitiva etc.

21.1.2. A CONTRATADA deverá apontar aos responsáveis pela execução das obras e ao órgão do Poder Público que lhes deu autorização, os erros constatados e mais genericamente as suas observações, com confirmação por escrito em oito dias.

21.2. Direitos de Controle do MUNICÍPIO

21.2.1. No âmbito da obrigação de alcançar resultados em que se encontra a CONTRATADA, o MUNICÍPIO exercerá um direito de controle desses resultados.

21.2.2. A CONTRATADA colocará a disposição do MUNICÍPIO os seguintes instrumentos:

- a. "Termo de Contabilização do Sistema de Iluminação Pública" estabelecendo o número de pontos luminosos em operação.
- b. Relatório anual sobre os resultados da exploração do ano anterior. Esse relatório será objeto de um registro de exploração estabelecido de comum acordo e assinado pelas duas partes.
- c. Acesso aos representantes do MUNICÍPIO para verificar em campo ou por consulta a documentos técnicos, se os serviços estão sendo executados conforme as prescrições do presente Contrato. Para facilitar esse controle, a CONTRATADA convidará o MUNICÍPIO com antecedência mínima de 8 (oito) dias para as operações de recebimento dos serviços de efficientização, das obras e serviços de melhoramento e ampliação e dos serviços de iluminação artística de realce e decorativa, previstos no presente Contrato.

22.1. Responsabilidades da CONTRATADA

22.1.1. Responsabilidades inerentes às atividades: Ao receber as instalações, fica a CONTRATADA responsável pelo bom funcionamento das mesmas, conforme as disposições determinadas neste Contrato. Além disso, a CONTRATADA é responsável pela conservação em bom estado e a segurança das instalações.

22.1.2. Responsabilidade em relação a terceiros: A CONTRATADA é responsável em relação a terceiros para qualquer dano corporal e/ou material, quer seja ele decorrente ou não de suas ações ou omissões na execução do presente Contrato, posto que lhe cabe a obrigação de assumir a responsabilidade pelos danos decorrentes da execução do mesmo, independentemente da existência de culpa ou dolo da sua parte, salvo se a CONTRATADA provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou ser a culpa exclusiva do MUNICÍPIO ou da pessoa que sofreu o dano.

22.2. Responsabilidades do MUNICÍPIO

22.2.1. O MUNICÍPIO assumirá as responsabilidades decorrentes da existência das instalações do Contrato, bem como as responsabilidades ligadas aos serviços e obras específicos, realizados antes do início do mesmo.

O MUNICÍPIO responderá por todos os danos causados por "Motivos de Força Maior", conforme definido no item 24 deste Termo de Referência.

23.1. Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante a vigência do Contrato, seguro com o objetivo de cobrir eventuais danos, materiais e físicos, causados a terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), seus empregados, empresas contratadas, salvo os danos resultantes de "Força Maior", definidos no item 23 desse Termo de referência, relacionados a seguir:

- Inundações de grande porte;
- Intempéries na forma de vendavais, tufões, tempestades e outras manifestações atmosféricas anormais;



- Guerra civil, estado de comoção social, terrorismo, insurreição civil;

23.2. A CONTRATADA deverá comprovar ser a titular da Apólice de Seguro especificada nesse item, num prazo de 30 dias após a assinatura do Contrato.

Esse item trata das situações excepcionais, denominadas de “Força Maior”, para efeitos de exclusão das responsabilidades da CONTRATADA.

24.1. Motivos de Força Maior

24.1.1. São considerados motivos de “Força Maior”, para os efeitos de exclusão de responsabilidade, os eventos excepcionais, aleatórios, imprevisíveis não domináveis no plano tecnológico, colocando a CONTRATADA na impossibilidade de assumir em parte ou na sua totalidade os seus compromissos contratuais, tais como: greves, enchentes, incêndios, catástrofes naturais, atentados, revolução, guerra e outros de mesma natureza e proporção.

24.1.2. Na ocasião de tais acontecimentos, a CONTRATADA, deverá tomar junto com o MUNICÍPIO, todas as medidas necessárias para evitar uma parada definitiva dos serviços de Iluminação Pública.

24.1.3. Poderão ser fixadas novas condições contratuais adaptadas às circunstâncias criadas pelo caso de “Força Maior” ocorrido. Nessas situações a CONTRATADA ficará isenta das penalidades previstas neste Contrato.

24.1.4. No caso de greves de empregados/servidores da CONTRATADA ou do MUNICÍPIO, estas deverão tomar as medidas que forem necessárias para a normalização dos serviços em no máximo 5 (cinco) dias, não sendo imputável por qualquer das partes ônus adicional à outra.

25.0 SUBCONTRATAÇÃO

25.1. A CONTRATADA, se assim o quiser, poderá recorrer a subcontratação de empresas, as quais deverão manter a identidade visual estabelecida neste Contrato.

25.2. A subcontratação fica limitada a no máximo 30% do total de serviços contratados com o MUNICÍPIO que deverá concordar com a sua efetivação, salvo casos de urgência ou de “Força Maior”, que sejam suscetíveis de gerar uma degradação do Patrimônio Público. O não cumprimento deste limite de até 30% quando for necessária uma subcontratação, caracterizar-se para o MUNICÍPIO como uma cessão de direitos e como tal, ensejará medidas acauteladoras por parte da Empresa para o resguardo de seus interesses e do patrimônio da Iluminação Pública do Município. De qualquer maneira, a CONTRATADA deverá indicar:

- a. A natureza da subcontratação desejada;
- b. Nome, razão social e o endereço do subcontratado proposto;
- c. As qualificações do subcontratado proposto.

25.3. Nos casos de subcontratação, a CONTRATADA continuará responsável em relação o MUNICÍPIO e a terceiros, pelo cumprimento e pela perfeita observação de todas as obrigações contidas no presente Contrato.

25.4. A CONTRATADA será responsável por todo e qualquer recurso contra os seus subcontratados, qualquer que seja a natureza dos danos causados e as suas respectivas consequências.

26.0 RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

26.1. Ao final de cada período anual de execução do Contrato, a CONTRATADA deverá entregar o MUNICÍPIO, um relatório contendo as atividades desenvolvidas durante o ano findo. Esse relatório deverá ser entregue num prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após o término do período anual a que se refere.

26.2. O Relatório Anual de Atividades deverá fornecer o histórico dos valores atingidos para o conjunto dos critérios da qualidade, definidos neste Contrato.

26.3. O relatório de atividades incluirá também:

- ☐ Uma avaliação dos programas de ampliação do Sistema de Iluminação;
- ☐ Informação anual da redução de consumo de energia elétrica por parte da Concessionária.

27. INDIVISIBILIDADE DO CONTRATO

27.1 Os serviços sendo objeto do Contrato não podem ser objeto de fracionamento pelo MUNICÍPIO, divididos em lotes ou parcelas.

28. UTILIZAÇÃO DAS VIAS E APOIO DO MUNICÍPIO

28.1. Para o exercício dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá observar as condições do presente Contrato e as Normas em vigor que regem o sistema de vias públicas.

28.2. A CONTRATANTE compromete-se em apoiar a CONTRATADA para a obtenção das autorizações de ocupação dos espaços de domínio público não administrados pelo Município, à exemplo de Condomínios Privados, órgãos das esferas Estaduais e Federais, etc...

O MUNICÍPIO se empenhará em auxiliar à CONTRATADA, para conseguir, após solicitação desta, qualquer autorização que se fizer necessária para assegurar a manutenção, a substituição ou a instalação das obras, objeto do Contrato, sobre ou sob os edifícios construídos ou não, e não pertencentes ao Município.

29. ENCERRAMENTO DO CONTRATO

29.1. Condições gerais

29.1.1. No vencimento do período contratual, a CONTRATADA será obrigada de entregar o MUNICÍPIO em bom estado de funcionamento e conservação, as instalações e equipamentos que fazem parte do Sistema de Iluminação Pública, bem como os cadastros patrimonial e físico em meio digital, plantas e esquemas que foram utilizados durante a execução dos serviços contratados, e, ainda, os registros dos atendimentos em curso com todas as informações pertinentes.

29.2. Entrega e Avaliação do Estado do Sistema

29.2.1. Um ano antes do término do Contrato, as partes organizarão uma avaliação pericial, conforme roteiro previamente acordado.

29.2.2. Essa avaliação determinará se haverá necessidade de realização de obras nas instalações que ficaram sobre a responsabilidade da CONTRATADA durante a vigência do Contrato de modo a deixá-las em bom estado de funcionamento.

29.2.3. Se houver necessidade de obras, estas deverão ser realizadas pela CONTRATADA, sem nenhum ônus para o MUNICÍPIO.

29.3. Retomada dos Estoques

29.3.1. No vencimento do Contrato ou em caso de rescisão do mesmo por parte do MUNICÍPIO o estoque de materiais e peças de reposição especificadas para as instalações de responsabilidade da CONTRATADA será transferido (devidamente registrado num termo específico), para a guarda do MUNICÍPIO contra ressarcimento à CONTRATADA ao seu valor líquido contábil após o inventário contraditório.



30. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

30.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

30.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) do Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br/CEIS>);

30.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ (<https://www.cnj.jus.br>);

30.1.3. Apresentar SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/21;

30.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

30.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, podendo ser consultado do momento do certame;

30.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará ao licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

30.1.7. Não ocorrendo inabilitação mencionada no subitem anterior, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

30.1.8. Para habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

30.1.9. Declaração fornecida pelo Município de Pau Brasil que a empresa NÃO possui atrasos nos contratos vigentes ou que a mesma não possui contrato com o município.

a) A declaração citada no item anterior deverá ser requerido na Prefeitura Municipal de Pau Brasil (na Secretaria Municipal de Administração), sito à Praça Juracy Magalhães, nº 184, Centro, Pau Brasil – Bahia, CEP 45.890-000, ou através do e-mail copel@paubrasil.ba.gov.br;

b) Para todos os interessados a declaração deverá ser solicitada através de documento original ou cópia autenticada, assinado por seu representante legal, o qual deverá comprovar ser representante ou titular da licitante;

30.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

e) Cédula de identidade dos sócios administrador da empresa.

30.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

d) Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

e) Certidão negativa da Fazenda Municipal da sede do interessado;

f) Certidão negativa da Fazenda Estadual;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; h) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

30.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

30.4.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) Para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida no mínimo, a 30 dias da data da apresentação da proposta e documentos de habilitação;
b) Os documentos exigidos no item 30.4.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

d) As empresas deverão apresentar os índices já calculados, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

e) As empresas deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo igual superior a 10% do valor da proposta final.

30.4.1 Declaração de Habilitação Profissional – DHP ou Certificado de Regularidade Profissional, expedido pelo Conselho Regional e dentro de sua validade, do Contador ou Profissional equivalente.

30.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

30.5.1. CERTIDÃO DE REGISTRO – Comprovante de registro e quitação do licitante, e de seus responsáveis técnicos, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), e Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), de qualquer jurisdição, que esteja dentro do prazo de validade;

30.5.2. A empresa participante deverá comprovar que possui no seu quadro de prestadores de serviços 01 Engenheiro Eletricista e 01 Técnico de nível médio (Técnico em Eletrotécnica), detentores de Atestados Técnicos devidamente registrados no CREA da região competente e CFT Conselho Federal dos Técnicos, acompanhados das Certidões de Acervo Técnico (CAT) e com suas respectivas ARTs/TRT de cargo e função assinadas;

a) A equipe técnica deverá ser composta por pelo menos os técnicos abaixo explicitados:

a1) Engenheiro Eletricista;

a2) Técnico Nível médio (Técnico em Eletrotécnica)

30.5.3. CAT – Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA de qualquer jurisdição, de profissional técnico vinculado à empresa na data prevista para entrega das propostas, que comprove a execução de serviços de características semelhantes ao objeto da licitação em nome da licitante;

30.5.3.1 - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – PROFISSIONAL relativo a ART, constante do CAT apresentado na forma da alínea anterior:

ITEM	PARCELA DE RELEVÂNCIA TÉCNICA
Engenheiro Eletricista	
01	Manutenção de luminárias pública em LED - 490 luminárias
02	Instalação de luminárias públicas em LED - 490 unidades IP.
03	Descarte de lâmpadas que contenham produtos nocivos ao meio ambiente
04	Iluminação de festividades juninas e natalinas – 400 unidades
05	Projeto luminotécnico em vias
06	Iluminação cênica de fachadas de bens imóveis – 130 unidades
07	Consultoria técnica para redução do consumo de energia elétrica
08	Levantamento luximétricos de ruas



Técnico Eletrotécnica	
09	Instalação de luminárias públicas em LED - 490 unidades IP.
10	Iluminação de festividades juninas e natalinas – 400 unidades
11	Projeto luminotécnico em vias
12	Iluminação cênica de fachadas de bens imóveis – 130 unidades

O(s) atestado(s) só será(ão) considerado, quando devidamente certificados pelo CREA/CAU/CFT através de carimbo de vinculação do mesmo à CAT respectiva e acompanhada da referida CAT (Certidão de Acervo Técnico)

30.5.3.2-ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – OPERACIONAL, em nome da empresa licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrado com CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO – CAT, que comprove prestação de serviços semelhantes ao desta licitação, com o mínimo detalhado abaixo:

ITEM	PARCELA DE RELEVÂNCIA TÉCNICA
01	Manutenção de luminárias pública em LED - 490 luminárias
02	Instalação de luminárias públicas em LED - 490 unidades IP.
03	Descarte de lâmpadas que contenham produtos nocivos ao meio ambiente
04	Iluminação de festividades juninas e natalinas – 400 unidades
05	Projeto luminotécnico em vias
06	Iluminação cênica de fachadas de bens imóveis – 130 unidades
07	Consultoria técnica para redução do consumo de energia elétrica
08	Levantamento luximétricos de ruas

30.5.3.3 Relação da Equipe Técnica acompanhada dos seguintes documentos:

- Declaração de anuência pela indicação do seu nome para compor a equipe;
- Curriculum devidamente assinado;
- Atestados de Capacidade Técnica (Acompanhados de respectivas CAT) com experiência comprovada em execução de serviços de instalação de equipamentos de iluminação pública (luminárias) com tecnologia LED com no mínimo 490 pontos de unidades de IP, para todos os profissionais, inclusive os de nível técnico.

30.5.3.4 A comprovação de vínculo com a Licitante se dará através dos seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- Contrato de Trabalho com firma reconhecida, desde que acompanhado da certidão de registro e quitação da empresa junto ao CREA, onde conste o nome do respectivo profissional, comprovando que o mesmo pertence ao quadro técnico e/ou é responsável técnico da licitante;
- Certidão do CREA(s) para os responsáveis Técnicos ou membro do quadro técnico da empresa;
- Contrato Social para proprietários ou sócios da empresa;

30.5.4. Declaração formal e expressa do Licitante, devidamente assinada por um de seus responsáveis, informando que disporá de toda a infraestrutura necessária, adequada e indispensável à integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, equipamentos e pessoal técnico especializado

30.5.5. Declaração de Visita em nome da licitante, de que esta, por meio de seu responsável técnico ou quadro técnico, visitou os locais onde serão executados os serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos.

30.5.6. A visita ao local dos serviços deverá ser feita por profissional habilitado, representante da licitante, o qual deverá assinar o Atestado de Visita, indicando o número de seu registro;

30.5.7. A(s) licitante(s) tem até dois dias antes da data fixada para recebimento de propostas, para agendar e realizar junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, no horário de expediente oficial, ou seja, das 08:00 as 12:00 h, data e horário, no qual será realizada a visita.



30.5.8. A visita técnica poderá ser substituída por declaração do responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto a ser licitado. Essa declaração deverá ser entregue acompanhada do atestado (juntamente do CAT) que comprove a experiência do responsável técnico acerca do objeto licitado.

30.5.9 Para luminárias públicas de rua: O licitante deverá apresentar ficha técnica constando:

- a) Potência da luminária (W)
- b) Tensão de alimentação da luminária (V)
- c) Fator de potência maior ou igual 0,92 .
- d) Distorção harmônica total (THD) menor ou igual a 10%
- e) Fluxo luminoso da luminária (lumens)
- f) Eficiência luminosa mínima de 140 lumens/W
- g) Temperatura de cor entre 4000-6500K (dependendo a necessidade).
- h) Índice de reprodução de cor maior ou igual a 70
- i) Devem atender a norma ABNT NBR 5101:2012
- j) Devem possuir índice de proteção IP 66
- l) L70 maior ou igual 50000 horas.
- m) Devem possuir dispositivos contras surtos superior a 6kV
- n) Para utilização em vias, o conjunto ótico tipo "street" .
- o) Para utilização em praças, o conjunto ótico deverá ter entre 60-100 graus
- p) O corpo deve ser em alumínio, com pintura eletrostática.

Amadeu de Sousa Filho

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ANEXO II

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº.....

Termo de Contrato nº

O Município de PAU BRASIL – BA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. xxx, portador da carteira de identidade RG nº xxx, inscrito no CPF sob o nº xx, brasileiro, residente e domiciliado na rua xxx, nesta cidade, e a empresa xxx, estabelecida na xxx, nº xx, CNPJ nº xx, neste ato representada pelo Sr(a) xxx, portador da carteira de identidade RG nº xxx, inscrito no CPF sob o nº xx, doravante denominada CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado da licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N° xxx/2025**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de XXX, para atender a necessidades do Município de PAU BRASIL/BA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	Descrição	Und.	Qtde.	Marca	V. Unit.	V. Total

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

1.4. O regime de execução é o de fornecimento e prestação de serviço associado.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco anos), do dia xx/xx/xxxx até o dia xx/xx/xxxx, podendo ter a sua duração prorrogada por igual período mediante Termo Aditivo, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 e 113 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor da contratação é de R\$ xxxx (xxxx) ao ano.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, após a prestação dos serviços e da nota fiscal/fatura comprovando o recebimento do objeto licitado, respeitando-se, em todo o caso, a ordem cronológica de pagamentos da tesouraria municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994): $R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.14. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

- 9.1. São obrigações da CONTRATADA, além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021:
 - a) Emitir nota fiscal correspondente à venda do objeto;
 - b) Proceder à entrega do objeto no local indicado pelo órgão licitante, em dia e horário previamente agendado, dentro das condições e preços ajustados em sua proposta e nos prazos previstos nesta licitação;
 - c) Encaminhar a Nota Fiscal de Vendas ao SETOR responsável para o atesto e posterior encaminhamento a Contabilidade/Tesouraria a fim de efetivação do pagamento devido;
 - d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados por esta Administração Pública Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
 - e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas, os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências deste órgão licitante;
 - f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência desta Prefeitura Municipal de PAU BRASIL/BA.

9.2 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.3 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.4 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.1. O Proponente que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 03 (três) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. O proponente sujeitar-se-á, ainda, às sanções de: advertência, multa e declaração de inidoneidade, sendo que as sanções de suspensão descritas no item anterior e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual.

11.3. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

11.4. Ocorrendo atraso na execução/entrega do objeto contratado será aplicado multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.

11.5 No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias/contratuais, poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado.

11.6. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do Município.

11.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.9 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa



e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.10 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.12 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA COMPRA DE LUMINÁRIAS COM RESERVA DE DOMÍNIO

A aquisição das luminárias previstas no item 13, “b”, do Termo de referência, se dará por compra e venda com reserva de domínio, reservando-se para a contratada a propriedade das luminárias até que o preço esteja integralmente pago, nos termos do art. 521, 524, 526 e 527 do Código Civil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Verificada a mora do Contratante, quanto ao pagamento das parcelas das luminárias, poderá o Contratado mover contra ele a competente ação de cobrança das prestações vencidas e vincendas e o mais que lhe for devido; ou poderá recuperar a posse das luminárias instaladas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A constituição em mora do Contratante deverá ser realizada mediante notificação extrajudicial, tendo em vista tratar-se de ente público, nos termos previstos na Lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Na hipótese do Contratado optar pela recuperação da posse das luminárias, poderá reter as prestações pagas até o necessário para cobrir a depreciação da coisa, as despesas com desmobilização, mão de obra e o mais que de direito lhe for devido. O excedente será devolvido ao comprador; e o que faltar lhe será cobrado, tudo na forma da lei processual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária:

Projeto/Atividade:

Elemento:

Fonte:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

17.1 – As partes elegem o foro da Comarca de Camacã – BA, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença de duas testemunhas abaixo.

PAU BRASIL/Ba, XX de XX de 20XX.

Prefeito Municipal

Contatada

CNPJ nº

Testemunhas:

Nome:

CPF nº



ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX Ano: 2025

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :		Inscrição Municipal :	
Endereço :			
Bairro:			
CEP:		Cidade:	Estado:
Telefone:		Fax:	e-mail:
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **OBJETO**, para atender ao(à) ÓRGÃO/ENTIDADE.

1. Especificações técnicas:

CONFORME, PLANILHA DO TERMO DE REFERÊNCIA.

2. A validade da proposta é de [xxxx] [xxxx] dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto/serviço durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto/serviço nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

5. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal



ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) PREGÃO ELETRÔNICO n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no PREGÃO ELETRÔNICO n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal



ANEXO VII

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. Aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. Referentes a participações societárias;
- 1.3. Informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. Endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. Estado civil;
- 1.6. Eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. Relações de parentesco;
- 1.8. Número de telefone;
- 1.9. Sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. Informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

[NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX

declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade pregão instaurada pela prefeitura municipal de Pau Brasil - Bahia, não possuir cônjuge, companheiro ou parentes e nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal de Pau Brasil-Bahia.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Local e data

Representante Legal